



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 412 - DE 22 DE MAIO A 05 DE JUNHO DE 2011 - R\$ 3,00



**Dois anos
da morte de
Guillermo
Lora**

**Congressos Nacionais da UNE e ANEL:
Destruir a direção burocrática e governista
Construir a fração revolucionária
sobre a base do programa proletário
Reconquistar a unidade organizativa do M.E.
Organizar a luta para derrotar a política
educacional privatista dos governos
Por em pé um movimento com independência
de classe, de luta pelas reivindicações e
com democracia estudantil**

Oposição revolucionária a Dilma

Governo Dilma do PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB diante da miséria

O Brasil é reconhecidamente um país de miséria e fome. Estima-se um contingente de 50 milhões de brasileiros que mal têm o que comer e que moram em condições subumanas. Mas o Brasil também é reconhecido por ostentar riquezas. Dois dados oficiais: 1) 10% da população mais rica detêm 40% da renda nacional; 40% mais pobre, apenas 10%. 2) 10% da população controlam 75,6% de toda riqueza, ou seja, das propriedades, rendas e finanças; 90%, portanto, ficam com 24,4%. Está aí o retrato perfeito – ainda que tenha sofrido retoques oficiais em detrimento da perfeição – da polarização entre pobreza e miséria, de um lado, e riqueza e suntuosidade, de outro.

A constatação, por si, tão-somente assombra a quem não admite que uma minoria se farte, enquanto a maioria que moureja o dia-a-dia passe privações e fome. Mas não se deve permanecer no assombro moral. Trata-se de ir à raiz da riqueza e da miséria. Nela, estão as relações capitalistas de produção: a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho, a apropriação e distribuição privadas da riqueza produzida socialmente, o trabalho assalariado e o capital, o proletariado e a burguesia, bem como o camponês e a classe média urbana.

Cerca de 19 milhões de uma população de pouco mais de 190 milhões têm em seu poder 75,6% das riquezas nacionais e 171 milhões estão obrigados a sobreviver com 24,4%. Certamente, entre os 19 milhões formados pela burguesia e pela classe média alta, uma minoria capitalista controla a maior parte dos 75,6%. Se os números do *Atlas da Exclusão Social* (2003) detalhassem a composição dos 75,6%, teríamos a demonstração mais perfeita da brutal concentração capitalista de riqueza.

Os porta-vozes da burguesia vangloriam alguns indicadores sociais: a expectativa média de vida chegou a 73,1 anos, crescendo 3,1 anos entre 1999 e 2009; a mortalidade infantil que era de 31,7% crianças mortas por mil nascidas baixou para 22,5% em doze anos (1998 e 2010); o salário mínimo sofreu recuperação de perdas na ordem de 44,95% no governo Lula; o rendimento médio se elevou de R\$ 1.046 (em 2007) para R\$ 1.064 (em 2008) e R\$ 1.088 (em 2009); a renda per capita cresceu mais entre os pobres (para os 10 mais pobres, 8,1% ao ano, no período 2001/2008) e para os 10% mais ricos, 1,4% ao ano e reduziu o número de trabalhadores sem carteira assinada em alguns pontos dos quase 50% mergulhados na informalidade.

Há muita aparência nessa melhora, principalmente na comparação do rendimento dos pobres e dos ricos, uma vez que não se analisa o quanto de riqueza produziu a força de trabalho, o quanto coube aos salários e o quanto aumentou o capital. Mas não deixa de ser uma estatística favorável aos interesses dos capitalistas que se confunde com os interesses gerais das massas exploradas.

O governo Lula se gabou de ter aumentado o contingente de classe média, usando o critério de capacidade de consumo classificado em classes A,B,C,D,E. Um contingente da E passou para D e da D para C. Segundo o governo, contribuiu para isso os programas sociais (Bolsa Família, etc.), o salário mínimo e a diminuição da taxa de desemprego. Não obstante, tudo indica

que esse processo de ascendente estatística social bateu no teto das possibilidades capitalistas e o mar de miséria continua à espera de medidas amenizadoras ou de solução.

O capitalismo não tem como solucioná-la, uma vez que a contradição entre trabalho assalariado e capital não permite. O crescimento constante da pobreza relativa é uma lei econômica, como o é da existência perene da taxa de desemprego que pode oscilar, mas não se extinguir. Pode-se conjunturalmente ocorrer alguma mudança na situação de pobreza e miséria absoluta, como a que apresenta o governo lulopetista.

O certo é que a miséria mais ou menos ampla se verifica em praticamente todos os países capitalistas, fruto das mesmas leis. Nos países semicoloniais, manifesta-se em grande escala e de forma endêmica, não sendo possível reduzi-la a escalas verificadas em países imperialistas.

O pouco que se obteve no período de ascensão econômica pode se perder com a crise mundial que persiste e que arrasta inexoravelmente o Brasil. As pressões inflacionárias, o aumento do custo de vida, o arrefecimento da queda da taxa oficial de desemprego e o gigantesco endividamento da população são sintomas de que está havendo uma inversão de tendência na economia. É bem possível que haja uma desvalorização da força de trabalho e que escasseiem os empregos.

Os planos do governo de evitar uma queda brusca do crescimento – realização de obras – esbarram no avanço do endividamento público e nas pressões inflacionárias. Por enquanto, a liquidez financeira internacional continua a inundar o País, permitindo ao governo sustentar artifícios econômicos, como o crescimento impulsionado pelo endividamento. Mas as divisões internadas à burguesia expressam o acúmulo de contradições, entre elas, as do recrudescimento da penetração do capital estrangeiro, do aumento do parasitismo financeiro e das barreiras comerciais impostas às exportações brasileiras.

A situação de vida das massas está na dependência dos altos e baixos da economia e do desenvolvimento geral da crise. A dureza como Dilma Rousseff enfrentou o pedido de aumento irrisório do salário mínimo feito pela burocracia sindical e como exigiu fidelidade dos parlamentares governistas na votação prenunciou uma posição de ataque às massas em função das necessidades da classe capitalista. O que resultou em um reajuste abaixo da inflação. Outras medidas antipopulares estão por vir. Está anunciada a desoneração da folha de salário, sob o argumento de tornar as mercadorias brasileiras mais competitivas. Paira uma ameaça sobre a Previdência.

Em disputa eleitoral com José Serra, Dilma levantou a bandeira de ampliar o assistencialismo do tipo Bolsa Família, de forma a atingir 19,6 milhões de miseráveis. Segundo a petista, encontram-se nessa condição aqueles cuja renda é de “um quarto do salário mínimo”, ou seja, R\$ 136,25. Em seu plano “Brasil sem Miséria”, modificou o critério de miserabilidade: são aqueles que vivem com renda mensal de até R\$ 70, um pouco acima do valor estipulado pelo Banco Mundial de R\$ 62. De forma que já não se auxiliará 19,6 milhões, mas apenas 16,2

milhões. Essa mudança expressa as pressões internas e externas ao governo para que o Tesouro economize mais e destine muito mais recursos para os negócios da burguesia. O cerco se apertará no próximo período em função dos desequilíbrios econômico-financeiros.

O Bolsa Família cobre 12 milhões de famílias, ou seja, cerca de 48 milhões de pessoas, cujo assistencialismo “transfere renda” entre R\$ 32 e R\$ 242. Um custo baixíssimo para o Estado burguês amenizar um pouquinho a fome e perpetuá-la sob o manto da caridade capitalista. Como se pode ver, considerada a família de 4 pessoas, os adultos, velhos e crianças ultrapassam os 50 milhões de miseráveis.

A tese de Dilma, que representa a coligação PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB, de tornar o Brasil de pobres e miseráveis em remediados (classe média) não passa de uma farsa. Os charlatões com sua estupidez apresentada como astúcia não fazem senão demonstrar que a vasta pobreza e miséria que cobrem as massas não podem ser solucionadas no âmbito do regime de exploração do trabalho e de saque imperialista das semicolônias. Os ridículos indicadores que permitiram a Fernando H. Cardoso, Lula e agora Dilma exibirem a tese de que o Brasil caminha para superar a histórica miserabilidade não têm como acobertar as leis econômicas que criaram um Brasil de pobres e miseráveis e de uma pequena minoria de ricos, faustos e esbanjadores.

Como vencer a fome

A posição do reformismo burguês e pequeno-burguês de diminuir gradualmente a pobreza, miséria e a fome e finalmente debelá-las serve aos interesses da classe exploradora e ao objetivo histórico de preservar o capitalismo. Em alguns períodos de crescimento da riqueza nacional, a burguesia incorpora contingentes da população ao trabalho e ao mercado; a classe média passa a ter maior acesso ao consumo; o Estado dispensa recursos para a tal da distribuição de renda. Mas a pobreza e a miséria não podem ser erradicadas por medidas de governo.

Não há, definitivamente, solução capitalista para a miséria e a fome. O salário mínimo sempre estará muito aquém das necessidades prementes, a renda média sempre estará muito aquém do salário mínimo vital, o trabalho informal (sem carteira assinada) continuará a rivalizar com o formal e a taxa de desemprego e subemprego sempre será alta. A taxa de mortalidade infantil e de analfabetismo determinada pela miséria sempre sacrificará física e mentalmente as famílias de famintos. E a elevação da expectativa de vida média sempre esconderá que os trabalhadores, os pobres e os famintos vivem muito menos que os folgados burgueses e pequeno-burgueses da alta classe média.

Não resta dúvida que a gigantesca riqueza produzida pela classe operária e pelo camponês trabalhador, nas condições de crescimento como na última década, permitiu ao Estado destinar esmolas a 12 milhões de famílias. O pouco que seja no mar de fome aparenta mais do que é. No entanto, a miséria continua intacta e aumentará com a crise mundial que arrasta

o Brasil.

Se a burguesia não pode eliminar a fome e a miséria, o proletariado pode. Eis o fundamental. A questão de vencer a fome se concentra na tarefa de organizar a classe operária sobre a base do programa de transformação da economia capitalista em economia socialista. Transformação que implica derrubar a burguesia do poder do Estado e arrancar de seu controle as relações de produção. Esse é o programa da revolução e ditadura proletárias.

A superação da miséria está para o socialismo como a sua perpetuação está pela conservação do capitalismo. A grande burguesia brasileira se encontra entrelaçada com a burguesia imperialista, reflexo da penetração do capital internacional na economia e de seu crescente peso. O programa proletário de superação da miséria e da fome se volta contra essa composição histórica, econômica e social.

Somente na aparência as multinacionais não são responsáveis pelo atraso do Brasil e pela miséria das massas. Os salários mais altos dos ramos industriais e comerciais exibidos pelas multinacionais se assentam no salário mínimo de fome e a ele se entrelaçam, bem como à informalidade. A grande indústria e o capital financeiro determinam, em última instância, a estrutura econômica do Brasil semicolonial, a sua composição de classe e a vida das massas. Faz parte dessa determinação a agroindústria que vem avançando há décadas sobre a economia agrária.

A extrema concentração de riqueza em poder do grande capital nacional e internacional e a extrema centralização no Sul e Sudeste do País resultam em miséria no território nacional e em suas manifestações particulares nas regiões do Norte e Nordeste. A coexistência entre a avançada industrialização em alguns pólos e o atraso em outros constitui uma unidade que condiciona as relações de produção e as relações sociais. A burguesia não tem como modificá-la. Mas o proletariado o tem, com o programa da revolução social.

Uma vez retirado o poder da burguesia, torna-se viável planificar a economia. As suas primeiras medidas se destinarão a erradicar a miséria e a superar o atraso que marcam as regiões do Norte, Nordeste e Centro Oeste. *A revolução começará por expropriar os grupos que monopolizam os ramos essenciais da produção, comércio, serviços e o capital financeiro, sem indenização.* As massas camponesas presas ao que há de mais atrasado na produção capitalista e mergulhada na miséria terão livre acesso às terras nacionalizadas, bem como aos meios tecnológicos modernos que estarão sob o controle do proletariado industrial. Estarão sob a economia planejada, estabelecida e garantida por um governo operário e camponês, que expressará a revolução e a ditadura de classe do proletariado contra a reação interna e externa (nacional e imperialista).

A expropriação revolucionária dos ramos estratégicos da economia abrirá caminho para a transformação integral da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletivas, o que compatibilizará a produção social com a apropriação e distribuição pelo conjunto da sociedade. A derrocada

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

da burguesia iniciará o processo de erradicação da miséria.

Como enfrentar a miséria das massas

Não se pode combater essa chaga social do capitalismo com medidas pontuais e corporativas. Por mais importantes que sejam as reivindicações setoriais, as suas conquistas esbarram diante da exploração do conjunto das massas. Certamente, os explorados terão de percorrer o caminho de lutas defensivas, como as campanhas salariais, reação ao fechamento de fábrica, demissões, acidentes de trabalho, etc. As respostas imediatas devem ser dadas e servir de apoio ao movimento pelas reivindicações gerais que expressam a defesa dos oprimidos contra a pobreza, a miséria e a fome.

São as reivindicações gerais que se opõem e se chocam com o processo de exploração e de acumulação de capital – fonte primária da fome – e que se ligam indissolavelmente à estratégia da revolução e ditadura proletárias. Por isso, são reivindicações transitórias. Sua encarnação pela classe operária e pelos demais oprimidos coloca a maioria em confronto com a burguesia e seu Estado, que pugnam por preservar os seus interesses econômicos e, portanto, o capitalismo.

Em essência, as reivindicações transitórias combinam a defesa do salário e do emprego. Há que se conquistar as condições básicas de sobrevivência de todos, de forma que tenham uma vida saudável. Essa condição exige que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo vital, que se calcula levando em conta as necessidades de uma família de 4 pessoas. O salário mínimo vital se opõe ao salário mínimo de fome. Diante da inflação e da alta do custo de vida, os salários devem ser corrigidos automaticamente – trata-se da escala móvel de reajuste. Eis por que se deve vinculá-la ao salário mínimo vital, de maneira que a classe operária defenda **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. O desemprego e o subemprego são responsáveis pela maior tragédia que pode abater sobre os operários e sua família. Tiram-lhes a fonte de sustento e mata-lhes a faculdade criadora do trabalho. Há reivindicações circunstanciais e parciais que podem ser defendidas, como plano de obras públicas. Mas é decisivo para a existência física e mental dos assalariados que se contraponham ao desemprego e subemprego crônicos exigindo a redução da jornada de trabalho, por meio da divisão das horas nacionais utilizadas na produção entre todos aptos ao trabalho. A reivindicação transitória que garante um serviço a todos é a **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**.

Na luta incessante contra a miséria e a fome, as reivindicações parciais devem se ligar às transitórias, de maneira a colocar os operários em luta perante os problemas gerais do conjunto dos explorados. Somente com sistema de reivindicações transitórias o proletariado superará a fragmentação e o divisionismo corporativista impostos pela burocracia sindical. As tarefas democráticas voltadas a defender os camponeses pobres e oprimidos pela burguesia latifundiária e comercial compõem esse sistema. Tem importância decisiva a aliança operária e camponesa, sem a qual a revolução social não triunfará e não será possível edificar o governo operário e camponês.

Tarefas políticas

Por todas essas razões, a classe operária e os camponeses

não arrancarão da classe burguesa as reivindicações, por mais elementar que sejam, por meio da politicagem dos partidos patronais, do parlamento e do corporativismo sindical. O método próprio do proletariado é a ação direta. A greve geral é um dos mais potentes meios de luta. O armamento dos oprimidos que começará com a autodefesa contra a violência dos exploradores é um dos objetivos indispensáveis para a luta contra a miséria e a fome.

Desde o governo de FHC, o movimento operário sofreu um brutal bloqueio e declinou de seu ponto mais alto alcançado nas greves do ABC, na greve geral contra a ditadura, na ocupação da CSN e na greve dos petroleiros. O movimento dos sem-terra sentiu o isolamento e perdeu força sob o governo do PT/Lula.

A situação econômica possibilitou à burguesia se apresentar como força capaz de estabelecer diretrizes voltadas a solucionar a miséria. Insufinou nas massas as ilusões democráticas. O PT ocupou e ocupa um lugar de primeira grandeza para submeter os explorados à política capitalista. Ao seu lado, a burocracia sindical se potenciou. Constituiu-se em uma fração orgânica que maneja autoritariamente os sindicatos. O processo de formação de uma Central sindical nos anos 80 concluiu com divisões e subdivisões. A estatização forçada das organizações de massa pela ditadura militar deu lugar à estatização político-burocrática sob os governos eleitos, principalmente sob Lula.

A burocratização, estatização e o autoritarismo sindical constituem um poderoso obstáculo à luta contra a exploração, contra a consequente miséria e fome. Bloqueiam a unidade programática e organizativa da classe operária. Dificultam a defesa das reivindicações mais elementares. Canalizam o sindicalismo para o parlamentarismo e transforma os sindicatos e centrais em caixa de ressonância da política dos partidos burgueses. As manobras de Lula aumentando o salário mínimo em alguns pontos acima da inflação, aproveitando que estava no seu mais baixo patamar, e a taxativa posição de Dilma de não aumentar em nada, sem que houvesse qualquer mobilização das massas, são exemplos da mais profunda colaboração da burocracia que apóia o governo.

A crise de direção revolucionária se manifesta plenamente diante do capitalismo apodrecido, da miséria dos explorados e das organizações operárias mutiladas pela política burguesa. O atraso na construção do partido marxista-leninista-trotskista espelhou-se na formação do PT burguês e na reestruturação da burocracia sindical. A classe operária se encontra adormecida e suas poderosas forças latentes carecem do programa, ou seja, do partido. O recente levante dos operários da construção civil das usinas de Jirau e Santo Antônio pôs à luz do dia a força vulcânica dos oprimidos. Mas uma força instintiva sem o programa, sem a correspondente consciência política de classe oprimida, que logo foi controlada pela polícia e pela burocracia cutista e forcista em disputa.

Tudo indica que o combate à miséria, a luta pela libertação dos sindicatos do controle burocrático e a construção do partido caminham juntos. A defesa sistemática das bandeiras transitórias, o enfrentamento com a direção estatizante e a organização da vanguarda no partido-programa fazem parte de um mesmo processo, embora possam seguir ritmos desiguais.

Oposição revolucionária ao governo do PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB

Aos trabalhadores e à juventude

Três fatos marcaram o início do governo de Dilma Rousseff: 1) O recebimento do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, quando este de dentro do Palácio do Governo em Brasília autorizou iniciar a intervenção militar na Líbia; 2) A imposição de um salário mínimo de R\$ 545; 3) Envio da Força Nacional de Segurança para reprimir a greve dos operários da construção civil das obras do PAC de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia.

No primeiro caso, a presidente Dilma alinhou o Brasil por trás da política intervencionista do imperialismo, que se vale da bandeira dos Direitos Humanos encharcada de sangue dos povos oprimidos. No segundo, combateu inclusive a proposta da burocracia sindical de um salário mínimo de R\$ 580, apesar da CUT, Força Sindical e CTB fazerem parte do seu governo. E no terceiro, Dilma saiu em defesa das construtoras, como a Camargo Corrêa, diante da rebelião dos operários que não mais suportavam o regime de escravidão do trabalho.

Não há dúvida de que o governo de Dilma é antinacional e antipopular. Ou seja, um governo a serviço dos grandes capitalistas

As massas que elegeram Dilma Rousseff (PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB) e as que votaram em José Serra (PSDB/DEM/PPS) foram arrastadas pelas ilusões de que estariam decidindo sobre um governo comprometido com o País e com a vida da maioria. Na realidade, tratava-se de uma disputa entre duas coligações de partidos da ordem capitalista para formar um novo governo burguês. Os capitalistas destinaram um rio de dinheiro para as duas candidaturas. Os assalariados, os que vivem com o salário mínimo, os que contam com as migalhas do Bolsa Família, os pobres e os oprimidos do campo foram chamados a decidir sobre duas candidaturas da classe burguesa.

Venceu Dilma com apoio do caudilho Lula, que deixou a presidência como governo do povo, mas que de fato governou para a classe capitalista. Os patrões obtiveram altos lucros e puderam ludibriar os assalariados com mais empréstimos, mais dívidas e mais sonhos de consumo.

Lula prometeu tirar milhões da miséria. Agora, Dilma promete o mesmo. Mas o salário mínimo de R\$ 510 de Lula e os R\$ 545 de Dilma mostram como se perpetua a fome. E os milhões que sequer têm carteira assinada? Continuam na informalidade, recebem menos que o salário mínimo e não têm nenhum direito trabalhista, sequer à previdência.

O assistencialismo governamental usado para que no dia seguinte o faminto esteja em pé mal acoberta o mar de miséria. Os operários da indústria, da construção civil, da mineração, dos transportes, das usinas, os empregados do comércio, os professores, etc. quando recebem dois ou três salários mínimos são tidos como bem situados, mas não passam de pobres que contam os dias no final do mês. No outro extremo, crescem a riqueza, a suntuosidade, o desperdício e o luxo da burguesia e da classe média alta. A riqueza e a propriedade se concentram nas mãos da minoria capitalista.

A minoria compra a força de trabalho de milhões de homens, mulheres, jovens e até de crianças para produzir, de um lado, uma montanha de riqueza e, de outro, um mar de pobreza e miséria. Eis por que os governos burgueses obrigatoriamente são antipopulares. Já não podem fazer reformas no capitalismo, erradicando a miséria e melhorando a vida dos camponeses, da classe operária e da classe média arruinada. Disfarces são usados, como o programa Bolsa Família, cotas para negros, luz para todos, etc. Mas nada disso encobre a pobreza e miséria da maioria. Não são verdadeiras reformas, uma vez que o capitalismo esgotado e condicionado pela crise estrutural já não as comporta.

O PT e Lula se arvoraram constituir um governo democrático e popular e acabaram se submetendo ao grande capital. Dilma nada mais é que a projeção mais acabada da submissão petista à burguesia.

Diferentemente de Lula, que sentiu o impacto da crise mundial apenas no final de seu governo, Dilma tem sob sua condução uma economia em turbulência. A volta da inflação é um sintoma dos desequilíbrios que começam a tomar proporções maiores, depois de pouco mais de dois anos da crise que eclodiu nos Estados Unidos em fins de 2008 e que mantém sua marcha. Os assalariados já sentem a corrosão inflacionária e o peso crescente do custo de vida.

O reajuste do salário mínimo de pouco mais de 6% é uma resposta de Dilma em favor da classe capitalista e contra os trabalhadores. Os juros voltaram a subir. A população endividada pressente que a festa não terá um fim agradável. A economia diminui o ritmo de crescimento. A taxa de desemprego logo voltará a crescer. Mudanças negativas para as massas estão em andamento. Mas a classe capitalista tem o seu Estado e o seu governo para protegê-la.

Os ramos fundamentais da economia se encontram nas mãos das multinacionais. A Bolsa de Valores é regada pelos especuladores externos. O Brasil virou o paraíso dos financistas internacionais. O governo de Dilma reclama que a inflação é importada, mas nada pode fazer porque tem as mãos amarradas pelo capital financeiro imperialista. Eis por que é tão antinacional quanto antipopular.

Se os trabalhadores não se livrarem de suas ilusões e começarem a reagir, terão de carregar uma carga gigantesca que a crise capitalista está preparando. É preciso rechaçar as mentiras da oposição burguesa e pequeno-burguesa. É preciso se lançar a uma **OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA**, empunhando um programa de reivindicações completamente oposto à exploração e à política de dominação da classe exploradora. Um programa que tenha por estratégia a luta por um **governo operário e camponês**, que expresse a **ditadura do proletariado**. Um programa que exproprie a burguesia por meio da **revolução social** e que transforme a propriedade privada dos meios

de produção em propriedade coletiva, socialista.

Para combater a fome e a miséria, para vencer a exploração, a classe operária tem de tomar a frente das lutas e organizar a maioria explorada em torno de seu programa antiimperialista e anticapitalista. O que a impede de dar um primeiro passo nesse sentido? Resposta: não tem o seu partido. Assim, os explorados estão sob o controle do PT e demais partidos da burguesia. Os sindicatos e centrais se transformaram em aparatos que atuam por fora e por cima da classe operária. Isso devido à burocracia que os dirige com mãos de ferro e garante a tutela do Estado sobre a política sindical.

A classe operária está esfacelada pelo sindicalismo burocrático, divisionista e estatizante. Uma onda de cisões aparelhistas na CUT agravou ainda mais o esquiteamento sindical. A ausência da unidade organizativa e de centralização nacional da classe operária facilita os ataques do governo.

A situação econômica das últimas décadas e o fortalecimento do PT como partido da ordem capitalista favoreceram a dispersão e o recuo dos explorados diante dos exploradores, do Estado e dos governos. Porém, as mudanças que vêm ocorrendo exigem respostas. As greves nas obras do PAC deram um sinal nesse sentido. O trabalho revolucionário se concentra na tarefa de conquistar a independência política da classe operária diante da burguesia, de seus partidos e da burocracia sindical. *A oposição revolucionária consiste na defesa sistemática das reivindicações vitais que unem a maioria oprimida e na ação direta coletiva, com greves, ocupações, bloqueios e outras formas de luta.* A oposição revolucionária se contrapõe à oposição burguesa do PSDB e seus aliados. A oposição revolucionária se distingue da oposição de esquerda dos centristas e reformistas que se negam a unificar os explorados em torno do programa de luta, que dividem as organizações das massas e que alimentam ilusões nas eleições e no parlamentarismo.

O POR se coloca por uma **OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR DE DILMA. CHAMA OS OPERÁRIOS, OS DEMAIS TRABALHADORES E A JUVENTUDE A LUTAREM PELAS REIVINDICAÇÕES:**

1. Defender os salários contra a inflação e a alta do custo de vida, exigindo do governo a aplicação da **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE SALARIAL** (os preços aumentam, automaticamente aumentam-se os salários na mesma proporção)
2. Preservar a vida dos explorados com o **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** (que nenhuma família receba menos do que é necessário para uma vida saudável) Em nossos cálculos, o necessário para uma família de quatro pessoas corresponde ao um salário mínimo de R\$ 3.824,00
3. Empregar a todos aplicando a **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO** (que as horas nacionais usadas na produção sejam divididas entre todos

aptos ao trabalho – assim ter-se-á uma jornada de trabalho compatível com o trabalho a todos)

4. Abolir as medidas de flexibilização do trabalho – **GARANTIA DOS DIREITOS TRABALHISTAS** (fim da terceirização, efetivação imediata dos terceirizados, fim dos bancos de horas, restituição das perdas salariais, incorporação da PLR nos salários com todos os direitos)
5. Restabelecer as condições de aposentadoria que protejam a vida dos trabalhadores – **APOSENTADORIA INTEGRAL QUE CORRESPONDA AO SALÁRIO MÍNIMO VITAL, FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO, VOLTA DOS 25 ANOS E 30 ANOS DE TEMPO DE SERVIÇO, CONTRIBUIÇÃO AO INSS PAGA EXCLUSIVAMENTE PELOS PATRÕES.**
6. Implantar um programa de proteção à juventude oprimida – **UMA JORNADA MÁXIMA DE 4 HORAS NO TRABALHO E O RESTANTE DO TEMPO DEDICADO À ESCOLA E LAZER. ACESSO EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO. FIM DOS VESTIBULARES E DO ENSINO PRIVADO POR MEIO DA ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO**
7. Atender a reivindicação do movimento camponês de reforma agrária – **EXPROPRIAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS, ENTREGA DA TERRA AOS CAMPONESES POBRES, FIM DA CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS SEM-TERRA, CONSTITUIÇÃO DE UM TRIBUNAL POPULAR PARA INVESTIGAR, PUNIR OS ASSASSINATOS NO CAMPO E GARANTIR A AUTODEFESA, PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE POR COMITÊS AGRÁRIOS.**
8. Garantir a liberdade de organização e manifestação da classe operária e dos demais explorados – **LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO NAS FÁBRICAS, DIREITO DE ORGANIZAR AS COMISSÕES DE FÁBRICA LIVRES E INDEPENDENTES. RECHAÇAR OS COMITÊS SINDICAIS, QUE ACABAM COM AS ELEIÇÕES POR CHAPAS E PROGRAMAS.**

DICAIS, QUE ACABAM COM AS ELEIÇÕES POR CHAPAS E PROGRAMAS.

9. Garantir o direito de greve – **FIM DA LEGISLAÇÃO ANTIGREVE** (que seja assegurado em lei o direito irrestrito de greve)

10. Implantar o direito da classe operária ter acesso à administração, contabilidade e planejamento das empresas – **CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO E FIM DOS SEGREDOS COMERCIAIS DE TODA CLASSE CAPITALISTA.**

A classe operária, por seu lugar que ocupa na produção capitalista, é a única capaz de se emancipar da política burguesa e emancipar o conjunto dos explorados. Para isso, tem de construir o seu partido. O Partido Operário Revolucionário trabalha para cumprir essa tarefa histórica.

Aquira com o distribuidor deste jornal:

Resistência histórica das massas à crise capitalista

Socialismo Científico

Revista Teórica do Partido Operário Revolucionário
Número de Controle de Edição para Distribuição de 10 Internacional
Ano 11 - nº 12 - Maio-Julho de 2011

**Levantes dos povos árabes:
Pela autodeterminação e soberania
dos povos semicoloniais**

História do Comitê de
Enlace pela
Reconstrução da IV
Internacional
40 anos da
Assembleia Popular
na Bolívia
140 anos da Comuna
de Paris
Breve história da IV
Internacional

Banqueiros lucram como nunca, enquanto pequenos capitalistas pedem “cautela”

Grandes negócios

Divulgados os dados dos quatro principais bancos do país, verificam-se os extraordinários lucros que o capital financeiro tem conquistado à custa do endividamento da população. Se os próximos meses são incertos para os pequenos e médios capitalistas, que temem as chamadas “medidas restritivas de crédito” projetadas pelo governo, os grandes grupos capitalistas e os grandes consórcios financeiros ignoram os efeitos da política governamental. Em última instância, tais grupos sabem que as determinações econômicas mais profundas da economia atrasada não se originam da política burguesa do Estado, mas tem como centro irradiador o próprio capital parasitário, monopolista.

O total de lucro líquido do Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Santander ultrapassou a casa dos R\$ 10 bilhões. O Banco do Brasil, depois da compra do banco paulista Nossa Caixa, tornou-se a maior instituição financeira do país com ativos que ultrapassam os R\$ 860 bilhões. O seu patrimônio líquido já chega a R\$ 52 bilhões, um aumento de 38% nos últimos 12 meses. Como a situação não poderia ser melhor, os gastos com pessoal e administrativos caíram no último trimestre (uma queda de 5,2% e de 10,5%, respectivamente). Isso ilustra também que o maior lucro é acompanhado de maior exploração do trabalho (no caso, dos bancários).

Por “sorte”, os bons ventos chegaram a todas as grandes instituições. Em doze meses, o BB teve um aumento do lucro líquido em 24,7%; o Itaú, de 9,2%; o Bradesco de 28,5% e Santander manteve-se estável (mas com um saldo positivo de mais de R\$ 1 bilhão). E não é só: dados divulgados em maio demonstram que as principais instituições financeiras de varejo (incluindo também a Caixa Econômica, o HSBC e o Banrisul) aumentaram em 124% os pacotes de tarifas bancárias. O aumento médio da receita desses bancos, em virtude dessas tarefas, cresceu 30% acima da inflação.

Para completar o quadro, poderiam se levantar os dados de crescimento de empréstimo consignado (19%), de financiamento de veículos (36%) e nas operações de financiamento imobiliário (79%) que o Banco do Brasil divulgou, mas que servem como parâmetro para o crescimento geral dos “negócios” do capital financeiro e que dão solidez às afirmações da Federação dos Bancos, indicando que “as medidas restritivas de crédito não surtiram ainda efeito”, isto é, para o capital financeiro, elas foram positivas.

Pequenos negócios

Enquanto isso, a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas pede cautela na concessão de crédito. O aumento da Selic, a elevação dos depósitos compulsórios dos bancos, o aumento da IOF para as operações de crédito e o requerimento de crédito para operações de maior risco não parecem afetar tanto o capital financeiro quanto o capital comercial. As redes de lojas de varejo temem que a curto e médio prazo não consigam suportar as despesas financeiras que decorrem da relação que elas estabeleceram com as grandes instituições.

Além disso, aumenta-se gradativamente o risco de inadimplência dos consumidores. A Associação Paulista de Supermercados apontou que, em 2010, os gastos mensais das famílias excedeu a renda média mensal. Ou seja, com base no endividamento, as famílias continuaram consumindo, entretanto a possibilidade de “honrar” suas dívidas diminui ao longo dos meses.

A impossível política de conciliação

A tendência histórica de reconcentração de capitais ocorre, na entrada do século XXI, de forma mais violenta do que antes. Os grandes capitalistas, ligados aos monopólios financeiros e industriais, projetam seus lucros sobre o

trabalho dos assalariados e sobre o próprio lucros dos capitalistas menores. A quebra destes e a superexploração daqueles é a consequência construída a médio e longo prazos.

O parasitismo bloqueia a economia e evidencia a limitação das políticas governamentais e a impotência da burguesia nacional. O governo de Dilma, embora tente manter na aparência a ideia de “desenvolvimento com responsabilidade financeira”, pende, pelas condições estruturais e conjunturais do país, para o segundo polo. Ou seja, atua para sustentar o capital financeiro, estimulando sua presença na economia, inchada pelo volume de crédito disponível.

Essa política não tem vida longa: em nível internacional, anuncia-se uma “bolha” especulativa no preço dos commodities; em nível nacional, toma corpo a ideia de uma “bolha” de crédito. Caso haja coincidência cronológica no estouro de ambas, a economia nacional será profundamente afetada.

Debate “acadêmico”

Enquanto realiza, na prática, a política do capital financeiro, o governo brasileiro, timidamente, discursa contra a falta de controle dos países ricos sobre o fluxo de capitais.

O Banco Central solicitou à OMC que se iniciem seminários sobre a influência das políticas de “desvalorização forçada” das moedas, que cria “competitividade artificial” entre o comércio dos países do globo e que se discuta também o fluxo de capitais dos países ricos para os países emergentes, pois o excesso de crédito puxa a inflação para cima e põe em risco a estabilidade financeira.

China, EUA e Europa afirmaram que o debate pode ocorrer, mas sem consequências práticas. Nenhuma medida no organismo pode ser tomada restringindo a política cambial e o fluxo de capitais. O tema tem interesse “acadêmico” e pode ser debatido nos próximos dois anos sem que qualquer mudança ocorra.

A verdade é que os governos, mesmos dos países imperialistas, são obrigados a atuar de acordo com os interesses dos maiores grupos capitalistas. A guerra cambial reflete a guerra comercial. O governo brasileiro acerta em relacioná-la, no entanto, se mostra impotente diante do imperialismo. Trata-se de um fenômeno inevitável como o é fonte da qual se origina: a luta por mercados, a expansão dos capitais, a fusão de empresas transnacionais representam o modo de operação do sistema capitalista. Não podem ser alterados por decreto ou por vontade de governos ou organismos burgueses.

Quanto ao controle de capitais, o debate mostra-se ainda mais pueril. É como tentar segurar água com a palma das mãos. Além do mais, a cobrança é hipócrita, pois, se tivesse que existir algum controle, ele deveria se iniciar nos países “emergentes”. No entanto, esse controle não existe. Ao contrário, a manutenção das atuais taxas de juros é um convite à especulação e ao parasitismo. É como oferecer um rico banquete em praça pública e não permitir a entrada dos esfomeados. A sanha do capital financeiro destrói qualquer barreira, desmancha no ar qualquer “sólida” política, compra qualquer governo “democrático”.

Enquanto os meios de produção estiverem nas mãos dos capitalistas e o governo for o “administrador geral dos negócios da burguesia”, as contradições próprias do sistema se manifestarão, jogando na barbárie países inteiros.

Defender a economia nacional é defender as forças vivas do trabalho contra a exploração capitalista e contra a opressão imperialista. Apenas a revolução social tem condições de quebrar os elos que ligam a economia atrasada aos monopólios financeiros. Apenas o governo operário e camponês tem a possibilidade de acabar com a sangria das riquezas e desenvolver plenamente as forças produtivas.

Empresas, governo e Centrais negociam demissões

Empregos não se negociam

Na reunião de 12 de maio, denominada de Mesa Nacional de Negociação do setor da construção civil, com as Centrais sindicais, o secretário geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, concluiu que não é possível reverter as 6 mil demissões da Usina de Jirau (Rondônia). A CUT, Força Sindical e CTB, balbuciam que “são contra as demissões” e permaneceram na reunião como se nada tivesse ocorrido. A Conlutas mostrou-se indignada e se retirou. Está aí o serviço podre dos dirigentes da CUT, Força Sindical e CTB.

O levante operário de Jirau foi uma das maiores revoltas dos últimos tempos da classe operária contra as empresas, entre elas a Camargo Corrêa. As direções sindicais, embora tivessem conhecimento da brutal exploração do trabalho, ficaram surpresas. O protesto foi a reação instintiva do proletariado, que colocou em ação os métodos próprios da classe. Diante da repercussão nacional, Dilma, o governador Confúcio Moura e os capitalistas intervieram com a Força Nacional de Segurança e a polícia. A obra foi

paralisada e os operários retirados dos canteiros. As negociações entre as Centrais, governo e empresários iniciaram a partir daí. Já ocorreram três reuniões, onde prevaleceu a política do governo e dos patrões, a da demissão.

Os operários de Jirau e Santo Antônio devem rechaçar a conduta das direções sindicais de negociar as demissões. Empregos não se negociam! O governo e os patrões têm pressa com as obras do PAC, que incluem as usinas. Os operários têm pressa em pôr fim à violência patronal, em manter os empregos e impor melhores condições de trabalho e salários. A luta contra milhares de demissões é uma tarefa de uma direção sindical classista. A negação em convocar assembleias nos canteiros e realizar uma campanha para enfrentar a ofensiva dos patrões e governo de demitir faz parte do sindicalismo pró-capitalista. Esse sindicalismo tem de ser rechaçado pelos operários e explorados em geral. O caminho de constituição dos comitês de luta e as denúncias nas ruas são imprescindíveis na resistência contra as demissões.

Rotatividade e rebaixamento salarial

A construção civil tem lucrado muito. O governo subsidia as obras por meio do BNDES e as construtoras nacional e estrangeira as executam. O Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) foi um presente de Lula/Dilma para os negócios desse setor. O mesmo ocorre com o “Minha Casa, minha vida”.

Enquanto os empresários e banqueiros ganham rios de dinheiro, os operários sofrem com a violenta exploração. O piso salarial é de pouco mais de 1 salário mínimo. O valor médio dos acordos salariais de 2010 foi de R\$ 634. Portanto, dão o sangue aos patrões e recebem uma miséria, condenando suas famílias à fome.

Além do miserável piso, os capitalistas contratam por empreitada ou por serviço temporário. Usam o mecanismo de demitir os que recebem uma quirela a mais para contratar outros com salários mais baixos. Resultado: a rotatividade da mão-de-obra na cons-

trução civil reduziu 7,5% o salário dos trabalhadores em 2010. Dados confirmam que o salário médio dos demitidos era de R\$ 968 e dos admitidos, R\$ 894. Nesse mesmo ano, foram contratados 2,4 milhões de operários e demitidos 2,2 milhões.

Os operários vêm se manifestando. Em 2010, 160 mil fizeram greve contra os salários e as péssimas condições de trabalho, de alimentação e alojamento. Nos primeiros meses de 2011, 100 mil protestaram por meio de greves, a exemplo de Jirau, Santo Antônio. Mas os trabalhadores têm pela frente direções burocratizadas e conciliadoras. O combate às direções servis ao governo e aos capitalistas é fundamental para o movimento dar um passo à frente. O que requer a constituição das frações revolucionárias no interior das obras, defensoras das reivindicações que permitam a existência da família operária, entre elas o salário mínimo vital, calculado em R\$ 3.824,00.

Comitês Sindicais de Empresa: organismos de colaboração de classe

Os comitês sindicais de empresa (CSEs) foram criados pela burocracia sindical, nas montadoras do ABC. Foi resultado do acordo traidor imposto aos operários da Volkswagen, intitulado de “projeto autovisão”, que demitiu milhares. Membros da comissão de fábrica da Volks se opuseram ao acordo de 2003-2006 e, em outras circunstâncias, denunciaram as manobras da burocracia. Portanto, era um obstáculo na fábrica para o sindicalismo conciliador. Assim, no 3º congresso metalúrgico, novembro de 2004, aprovou-se a constituição e expansão dos CSEs para outras fábricas. Em 2007, ocorreram as eleições para o sindicato metalúrgico em dois turnos. O primeiro, a eleição dos CSEs e, no segundo turno, o referendo da lista única para a composição da diretoria do sindicato. Aboliram-se, assim, as eleições por chapas e programas.

A tradição histórica de formação das comissões de fábrica para combater o patronato foi arrancada da classe operária pela política dos burocratas. A dura luta do proletariado da Cobrasma, Osasco de 1965, que constituiu a 1ª comissão de fábrica, passou a

ser letra morta para o sindicalismo “propositivo/resultado”. Em seu lugar, impuseram os CSEs, cópias do sindicalismo pró-capitalista europeu.

Na época em que a burocracia sindical, governo e empresários discutiram a reforma trabalhista, os CSEs foram apresentados como modelo de organização por local de trabalho. Mas o governo não conseguiu impor de uma só vez as alterações propostas pelo Fórum Nacional do Trabalho. Assim, usou a manobra de aprová-la por partes. No governo Lula, a burocracia foi contemplada com a legalização das Centrais Sindicais e a partilha do imposto sindical. A proposta de legalização dos CSEs ficou para o governo Dilma. O vice-presidente da CUT (José Lopez Feijóo) se transformou em assessor da Secretaria Geral da Presidência da República e comparece como um dos articuladores para a aprovação da Lei dos CSEs. Os vendidos Feijóo e Quintino Severo (secretário geral da CUT) afirmam que os CSEs representam a “expansão do conceito das comissões de fábrica” (...) “os CSEs poderão fazer acordos in-

ternos, desde que não contradigam os acordos coletivos". Falso.

Os CSEs são instrumentos de colaboração de classe e de implantação da política da burocracia sindical nos locais de trabalho. São constituídos por operários filiados ao sindicato, votam somente os sindicalizados e representam a extinção das eleições por chapas e programas para a direção do sindicato. Os CSEs somente são possíveis com a autorização e controle do dono da fábrica. Assim, sempre será um braço do sindicalismo burocrático.

As comissões de fábrica, ao contrário, são organismos criados pelos operários, nascem da luta contra os patrões, são regidos pela democracia operária e representam os interesses da maioria da fábrica. São organismos de base com autonomia para enfrentar os capitalistas e organizar a luta nos locais de trabalho. A liberdade e

Eleições: Sinpeem-SP

Burocracia permanece na direção do SINPEEM

As eleições para diretoria do SINPEEM ocorridas no dia 13 de maio contou com 27.468 votos válidos. Concorreram duas chapas governistas e duas oposicionistas. A Chapa 1, que dirige a entidade, apoia o governo municipal de Kassab/PSD-ex DEM. A Chapa 3, apesar de não dirigir a entidade, representa os interesses do governo federal/PMDB/PT. Portanto, as duas representam a disputa eleitoral dos partidos burgueses PT/PMDB versus PSD (ex DEM). A Chapa 1 foi formada pela burocracia da Corrente Compromisso e Luta/PPS e Pcdob. Venceu a eleição com 55,56% dos votos. A Chapa 3 – Unidade e Independência na luta encabeçada pela Corrente O Trabalho/PT, teve 12,77%.

As chapas que de fato compareceram como oposicionistas foram a de nº 2 – Unidade de Oposição e a de nº 4, Oposição de Luta que defenderam a Independência do Sinpeem em relação a qualquer governo. A Chapa 2 - foi formada pelos partidos PSOL, PSTU, POR e Independentes e obteve 26,15%. A Chapa 4, formada por grupos menores e encabeçada pela LOI, obteve 1,87 % dos votos. Os votos brancos e nulos somaram 3,64%.

Com este resultado, o caudilho Cláudio Fonseca-PPS se mantém como presidente do sindicato por 8 mandatos consecutivos. Ou seja, continuará dirigindo com "mãos de ferro" a entidade e desenvolvendo o colaboracionismo de classes.

Iniciou o seu carreirismo burocrático no estalinismo vendido do PCdoB. Esse partido sempre colaborou com a burguesia nacional, fazendo parte das frentes populares ditas "desenvolvimentistas". Alia-se em alguns estados, com qualquer partido burguês, inclusive com o ex-DEM, partido que outrora julgava "retrógrado/conservador" para o seu objetivo estratégico de desenvolver o capitalismo decadente.

Diante do atual governo de Kassab/PSD, o caudilho se apresenta abertamente como colaborador. Para voltar ao cargo de vereador, perdido com a derrota de Marta Suplicy/PT, não hesitou em se tornar base de apoio do ex-DEM nas últimas eleições municipais.

Nesta eleição sindical, mesmo tendo o Pcdob como aliado na chapa 1, a burocracia teve apenas 5% a mais de votos em relação à eleição passada. Esse dado por si só mostra que essa vitória é ínfima, que comparece mais como derrota do que vitória da política estalinista. Isso porque a burocracia detém o controle total do aparelho sindical e obtém apoio do governo aliado, que dias antes deu algumas migalhas para a classe, como as gratificações de complemento de piso e a dispensa de ponto no dia da eleição.

Como o estatuto da entidade reproduz os critérios burocráticos da CUT, a diretoria final será composta pelas chapas que

autonomia sindical no interior das fábricas estão sendo substituídas por instrumentos de contenção das revoltas contra a exploração do trabalho.

A classe operária se encontra desorganizada para responder a esse ataque da burocracia sindical à organização do proletariado. A divisão da CUT enfraqueceu o combate à burocracia. A Conlutas e a Intersindical devem fazer a campanha pelas comissões de fábrica e de rechaço aos Comitês Sindicais de Empresas. Até o momento, não têm realizado uma campanha para quebrar a ofensiva do PT e de sua burocracia com os CSEs. O POR, por meio do boletim Nossa Classe, tem denunciado as manobras da burocracia traidora e defendido as comissões de fábrica e as eleições diretas, por chapas e programas para a direção do sindicato.

obtiveram índices acima de 20%. Logo, terá 24 representantes da Chapa 1 e 11 da Chapa 2, diferentemente dessa gestão, que contou com 13 representantes da Chapa 2..

O que a vitória da chapa 1 representa para os trabalhadores

Os trabalhadores do município de São Paulo vêm, desde 2007, com a reformulação do Plano de carreira, amargando a retirada de direitos que refletem na precarização das condições de trabalho. Todos os ataques do governo aos trabalhadores são também de responsabilidade desta direção sindical, que trabalha como co-governo, buscando iludir a categoria com migalhas por meio de acordos rebaixados.

A política implementada pelo governo tem como essência a privatização do ensino. Ela só tem conseguido ser aplicada por conta do imobilismo da direção majoritária do Sinpeem e da inconsistência da oposição, parte dela oportunista, que ao invés de armar os trabalhadores para enfrentá-la, exalta o pacifismo da classe. A consequência dessa política se traduz no avanço da terceirização dos serviços de limpeza e merenda, na ampliação vertiginosa das creches conveniadas, no fechamento de turnos/classes, implicando na superlotação das salas de aula, precarização e remoção de professores e funcionários entre outros ataques à carreira e às condições de trabalho.

Neste sentido, afirmamos que a permanência da burocracia da chapa 1 representa um grande obstáculo para a classe. Significa a continuidade dessa política de sustentação do desmonte da escola pública e destruição da vida dos trabalhadores.

O fortalecimento da burocracia se dá no marco do retrocesso da luta de classes

A vitória do caudilho está em consonância com os demais setores da burocracia vendida no país, encasteladas na CUT, CTB, CGT, Força Sindical. As burocracias vêm se fortalecendo no processo de estatização dos sindicatos, com a vinculação orgânica com os governos.

A crise econômica e as mobilizações dos trabalhadores estão sacudindo os pilares do capitalismo decadente em várias partes do mundo, ainda que as massas estejam sem a orientação de partidos revolucionários.

No Brasil, a crise econômica está em marcha. Porém a colaboração das direções sindicais com os governos tem ofuscado seu caráter, impondo um retrocesso na luta de classes. Os burocratas

preferem ajudar os capitalistas decadentes a impulsionar a luta nas ruas dos explorados para defender suas reivindicações.

No município, o quadro não é diferente. A política salarial de gratificações oferecida por Kassab comparece circunstancialmente, como promotora de salários “menos piores” que os dos demais municípios e da rede estadual. Mas o governo precisa primeiro cortar direitos para atender as exigências do governo federal pró imperialista de Dilma, e em segundo, precisa manter sua sobrevivência. Por isso cria mecanismos que vêm se chocando com a classe, como fim do recesso nas CEI e EMEI's; a introdução da 7ª aula; a inviabilização do acúmulo de cargos, etc.

Portanto, combater a política privatista, destruidora da educação, implica combater o governo que a implementa e a burocracia sindical que o apoia. O enfrentamento ao governo nas ruas, com o método da ação direta, se constitui em estratégia para derrotar esta burocracia instalada no sindicato.

A importância da Unidade para derrotar a burocracia

A fragilidade das correntes políticas e a falta de inserção na base ficou visível novamente nesse processo eleitoral. A divisão da vanguarda contribuiu para a vitória da burocracia. Neste sentido, é preciso responsabilizar as chapas 3 e 4 pela divisão dos votos, uma governista (PT) e outra sectária.

Divisionismo e Sectarismo da chapa 4

A chapa 4 vem ao longo dos anos sustentando uma política sectária e inconsequente, que pouco contribui na luta contra a burocratização e pela independência do sindicato. Nesta eleição, reduziu sua pequena influência de 2,51% para 1,87%. Isso representa uma perda grande para uma corrente que se reivindica de esquerda revolucionária. Por não compreender como fazer a disputa do programa revolucionário com o reformismo e o centrismo dos setores majoritários que dirigem a vanguarda dispersa, acaba se isolando e dividindo a classe. Ao formar uma chapa sem princípios, ao abrir mão de tudo o que defende, e, portanto, também é aparelhista, tanto quanto os demais setores que critica. Com essa política, só pode arrastar elementos oportunistas, confusos, e furas-greve, que dificilmente avançarão para a consciência revolucionária.

Divisionismo e eleitoralismo aparelhista da Chapa 3

Já a chapa 3, teve pouco aumento na porcentagem dos votos, de 11,80% para 12,77%. Perdeu o PCdoB como aliado, mas ganhou uma fração que foi da direção anterior, que também apoia o reformismo petista. Não comparece como oposição à direção majoritária do SINPEEM. Pelo contrário, ao invés de rechaçar a política de colaboração encabeçada por Cláudio Fonseca, o que faz na maioria das vezes é apresentar alguns remendos a esta política burguesa. Na verdade, não passa de uma oposição eleitoreira aparelhista e oportunista. Dizemos isto por que, ao invés de buscar a unidade para fortalecer a frente oposicionista comparece aliada a uma ala que rompeu com a chapa 1 nas últimas eleições, por mera disputa aparelhista.

Portanto, a chapa petista da corrente O Trabalho, com sua política petista, que nada tem a ver com o trotskismo, tem buscado derrotar a chapa 2, porque visa a compor a diretoria futuramente com a chapa 1. Tanto é verdade que tem feito isso noutros sindicatos, a exemplo da Apeoesp em que compõe com a burocracia dirigente da Articulação sindical a chapa 1

Chapa 2 – vitória ou retrocesso?

A chapa 2 também sofreu um retrocesso de votos. Reduziu de 29,79% para 26,15%, mostrando que compareceu nesta eleição debilitada e em retrocesso. O desânimo da vanguarda era visível. O principal motivo foi a disputa aparelhista meses atrás na tentativa fracassada de construir uma nova Central, encabeçada pelo PSTU. A prática burocrática das correntes majoritárias de fazer acordos “em comissões fechadas”, mostra que não serve como método para unificar a vanguarda, ainda mais depois desses acontecimentos.

Por exigência do POR chamaram a Convenção para formar a chapa. Porém, o fizeram formalmente, pois priorizaram o acordo prévio feito entre os representantes das correntes PSOL e PSTU, e o colocaram em votação na plenária esvaziada. O descontentamento de setores da vanguarda com essa política, estranha ao marxismo, vem crescendo. Ora parece de combate à burocracia, mas no geral, é reformista e eleitoreira, semelhante ao posicionamento das centrais governistas.

A chapa 2 sofreu um retrocesso em todas as regiões. Por conta disso, perderá dois diretores na composição proporcional final da diretoria do Sinpeem.

A posição do POR: defesa da unidade, da independência e do combate pelo método da ação direta

O POR compôs a chapa 2. Tomou a decisão em função da avaliação sobre a fragilidade da oposição e do perigo do divisionismo oportunista, de um lado, sectário de outro. Tem claro que é necessário combater a burocratização e que, é necessária a unidade dos setores oposicionistas sobre a base de um programa de independência, democracia sindical, de defesa das reivindicações e do método da ação direta, para denunciar a burocracia golpista e traidora do setor majoritário. Também o fez para impulsionar a luta direta, defendendo as assembleias nas ruas em oposição às negociatas de bastidores, referendadas na Câmara de Vereadores. Sabe também, que não basta estar ao lado dessa vanguarda, se não for para desenvolver a política marxista, de claro enfrentamento com a burguesia e seus governos. Para chamar a construção de uma fração revolucionária no Sinpeem em contraposição à fração reformista.

Por isso o POR insistiu com os setores majoritários que convocassem a plenária para debater o programa de um sindicalismo de classe e a formação da chapa. A plenária, se fosse levada a sério por esses setores, votaria as ideias que todos devem cumprir para caminhar nesse sentido. Além disso, o debate sobre o programa serviria para educar a vanguarda no marxismo, uma vez que ela só fez experiência com o reformismo petista e atualmente se encontra despolitizada e praticando apenas as disputas aparelhistas entre si. O problema é que as correntes majoritárias rejeitam as plenárias de base e insistem em fazer acordos “por cima”; insistem também no divisionismo aparelhista, criando novos “aparelhos”. Insistem em desenvolver o reformismo eleitoreiro. Esse mecanismo tem levado à destruição de suas próprias bases que são frágeis e não se sentem encorajadas a combater a burocracia reinante.

Portanto, está colocada a necessidade do fortalecimento da oposição na base para impulsionar a unidade na luta contra a burocratização, pela independência do sindicato frente aos governos e patrões, pela construção de uma entidade combativa, classista e revolucionária. Temos claro que o POR deve superar suas debilidades de intervenção para penetrar com o programa no seio dos trabalhadores da educação. A construção de uma oposição classista está na dependência direta do fortalecimento da política do POR.

Burocracia da Apeoesp aceita o reajuste imposto por Alckmin

Depois de esperar quase cinco meses o anúncio da proposta do governo, veio a bomba. Um reajuste em 4 anos, sem que seja sequer garantida a reposição da inflação anual. Modificou-se a data-base (de março para julho) para não ser retroativo e que só cairá na conta do professorado no início de agosto. Manobrou-se com a parcela dos 13,8%, dando a entender que iniciará com índice maior, quando na verdade inclui a Gratificação Geral (GG) de R\$ 92,00 (40 horas). Procurou impactar com o índice de 42,20%, quando a Apeoesp reivindica 36,74%. Mas tudo não passa de aparência. Na realidade, o reajuste é de R\$137,00 em agosto e cerca de R\$100,00 nos anos seguintes, isso para o professor que trabalha 40 horas semanais. Em 2014, o professor terá um reajuste de R\$ 3,00 reais no valor da hora-aula.

Alckmin se elegeu dizendo que faria um governo diferente de Serra, seu aliado de partido. Enrolou com o reajuste e ludibriou uma parcela do professorado com as reuniões sobre o Plano de Carreira. Os resultados estão aí: 1) o reajuste é um acinte para o magistério, que há anos amarga o arrocho salarial; 2) o piso continuará sendo de fome, pouco mais de dois salários mínimos; 3) seguirá com o miserável ticket e com os critérios de exclusão; 4) manterá o bônus como forma de implementar as avaliações institucionais, Saresp; 5) reforçará a prova de mérito, para dividir ain-

Reforma do Ensino Médio

Avanço do ensino a distância e da privatização

O Conselho Nacional de Educação, na qual a presidente da Apeoesp faz parte, aprovou as novas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (DCNEM). Trata-se de um conjunto de medidas que assegura a aplicabilidade da LDB e da legislação posteriormente aprovada, entre elas a do ensino a distância. Está recheada do palavreado reformista, como “projeto político pedagógico”, “escola democrática” e outros da mesma natureza, para acobertar a mercantilização. Eis sua essência:

1. “ampliar a duração do curso para mais de 3 anos, com menor carga horária diária e anual”;
2. “incluir atividades não presenciais, até 20% da carga horária diária e de cada período letivo”.

Violência sobre os estudantes, o magistério e à educação

O governo se apoia no fracasso do ensino e na grande evasão escolar. É no ensino médio que se avolumam os problemas sociais e, mais visivelmente, se mostra a falência da educação. Não há obrigatoriedade de financiamento por parte do Estado, daí abranger menos da metade dos jovens, cuja maioria é proletária e de classe média pobre. É nesse nível de ensino que a contradição entre os estudos e o trabalho se torna obstáculo ao acesso e à permanência na escola. A evasão escolar de 40% é o reflexo mais direto. É nessa etapa que salta à tona a disparidade entre o que se ensina nas escolas e a realidade do trabalho. Comparecem como duas relações sociais distintas e díspares. E é, particularmente, entre a juventude que os males do capitalismo são despejados, deslocando uma parcela para a marginalidade. Sobre essa juventude é que os governantes imporão a reforma do ensino.

da mais o magistério.

É lamentável a conduta da dirigente da Apeoesp. Diante da indignação dos professores nas escolas, que esperavam um reajuste, Maria Izabel disse à imprensa que “*não posso ver com negatividade esse projeto de negociação*” (...) “*tínhamos uma posição de um aumento de 36.74% de uma vez*”. Ao invés de criticar duramente a vergonhosa proposta, ficou lambendo os beiços com as migalhas parceladas. Ao invés de convocar os professores para protestar contra o miserável reajuste, em assembleia, e defender as reivindicações da classe, a burocracia se encolheu, colocando no passado a proposta dos professores. Eis aí a mais cristalina conciliação de classe com o governo burguês do PSDB.

Na reunião do Conselho Estadual de Representantes, dia 13 de maio, depois do anúncio do governo, os burocratas cancelaram a assembleia do dia 20 e lançaram a campanha “*dinheiro não se rasga*”. Temiam que a vanguarda fosse à assembleia para denunciá-los. Assim, propôs fazer visita aos deputados na época de votação do reajuste na Assembleia Legislativa. Pura enrolação para acobertar a aceitação dos R\$ 3,00 reais parcelados até 2014.

Os professores devem rechaçar a conduta dos burocratas da Apeoesp e reafirmar as reivindicações de reposição salarial imediata.

A reforma será a legitimação da excrescência da educação, que é o ensino a distância. A utilização de 20% da carga horária para a educação não-presencial, com o artifício de ser ministrada por monitores ou professores, representa a pressão dos capitalistas da educação que exploram esse negócio às custas do Estado. Certamente, serão os tutores ou monitores que ficarão com as aulas presenciais dos professores da rede. Se a educação presencial está no fosso, imaginem o ensino a distância, que é individual, concorrencial e inteiramente voltado aos interesses mercantis.

A reforma do ensino médio não virá para corrigir os graves problemas de aprendizagem e de evasão. A aprendizagem e a evasão são reflexos da decomposição da sociedade capitalista, que separa a teoria e a prática, que impõe o ensino livresco e que acorrenta milhões de jovens à superexploração do trabalho e ao desemprego. Se a reforma não toca na raiz dos problemas, não pode servir aos interesses dos trabalhadores e da juventude oprimida. Por isso, dizemos que os governantes e a burocracia sindical colaboracionista não podem conceder o chamado “ensino de qualidade”. O que querem os governantes é favorecer a sua privatização.

Burocracia vendida

Os resultados da presença de Maria Izabel no Conselho Nacional da Educação, organismo do MEC, estão aí. Ajudou o governo e os empresários do ensino a aprovarem uma reforma que há anos estava sendo anunciada.

Pior ainda: coloca a Apeoesp integrada ao governo na tarefa de assegurar a implantação dessa reforma. Para isso, a dirigente acoberta os ataques por meio da fórmula: “o que queremos” e “o

que dizem o parecer e a resolução do CNE". Isso para mostrar que o sindicato exige mais, porém o que é "possível" obter. Esse é o papel traidor de uma direção sindical, que combate sem trégua a bandeira da estatização de todo o ensino e acesso livre para todos.

Os professores devem exigir a saída da presidente do sindicato do CNE ou o abandono da direção do sindicato. Não é possível conciliar. O sindicato é instrumento de luta e tem de ter em sua direção os melhores combatentes. Quem está com o governo, não pode estar com os trabalhadores.

Alckmin impõe a reforma do ensino médio

Enquanto o CNE pisou em ovos para dizer que se trata da privatização de parte do ensino médio, Alckmin a escancarou. Enquanto os professores foram arrastados para as reuniões inócuas com o Secretário da Educação sobre o Plano de Carreira, Alckmin golpeou o magistério.

Rondônia

A diretoria do SINTERO escancara na conciliação com o governo e prefeito

Este ano os burocratas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – Sintero manobram os trabalhadores de educação do município de Porto Velho e do estado para que não houvesse greve nos segmentos: Estado, Município e no setor dos federais.

Os conciliadores e eleitores como estão atolados com as administrações do estado manobram a assembléia para aceitar o mísero reajuste salarial de 6% retroativo a abril e a criação de gratificações a partir de maio nos valores de R\$ 100,00 para professores de 40 horas, R\$ 50,00 para professores de 20 horas, R\$ 70,00 para técnicos administrativos educacionais, R\$ 150,00 para professores lotados em escolas, mas que estão fora da sala de aula e por isso não possuem a gratificação específica, e R\$ 50,00 para supervisores, indicado pelo representante de partidos que fazem coligação com o PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB.

As bases, na primeira assembléia, em 11/02/2011, que decidiram pela greve para repor as perdas salariais que vem se arrastando há anos, mas os burocratas manobram e a greve não foi fortalecida, pois esticaram os prazos de negociações para que não acontecesse. Em função disso, a diretoria foi rechaçada nas assembléias através de vaías por várias vezes.

As assembléias são convocadas sempre sob pressão das bases, porque os burocratas tentam fazer de conta que querem enfrentamento com a burocracia do estado. O exemplo disso foi a convocação da primeira assembleia no dia 11/02/2011 A burocracia se viu acuada pelo descontentamento da categoria que ficou inconformada com o fim da greve sem ganhos substanciais.

A **Corrente Proletária da Educação** sempre se coloca ao lado dos trabalhadores que rebatem os burocratas e reafirma que têm motivos de sobra para rechaçar as posições pelegas da diretoria do Sintero e chamar uma greve por tempo indeterminado até conquistar os reajustes propostos pelas bases.

O baixo salário no bolso dos burocratas pesa pouco, atenuado pelas diárias que tem direto quando viajam e as refeições bancadas pelo dinheiro dos filiados. Carregam consigo promessas e esperanças de cargos parlamentares e vagas nas assessorias no

O governo e o Secretaria da Educação selaram o acordo com "7 instituições de ensino profissionalizante". Estabeleceu as parcerias com as escolas privadas. O ensino médio integrado ao profissionalizante e ensino médio simultâneo a curso profissional técnico foi a fórmula encontrada para deslocar parte dos estudantes para as escolas particulares conveniadas. Portanto, o governo vai financiar o ensino profissionalizante privado. Inicia com 7 e o objetivo é espalhar. Cria, assim, a ilusão de que o estudante, fazendo o curso, terá assegurado o emprego. Falso. O governo está subsidiando as escolas particulares para a formação de uma mão de obra barata.

Consequências: menos emprego aos professores da rede estadual e um ensino precário e concorrencial. Para os empresários do ensino, mais dinheiro dos cofres do Estado.

As medidas de Alckmin se completam com as do CNE. São faces da mesma reforma do ensino médio, que é privatista.

parlamento ou na administração do estado capitalista.

E tem mais. A prestação de contas da entidade referente ao exercício de 2010 foi pouco divulgada. O evento foi realizado numa regional do interior do Estado no dia 29/04 na sede da Regional Rio Machado, em Ji-Paraná, cujos filiados presentes segundo notícia a página on-line do Sintero, aprovaram a prestação de contas por unanimidade.

A burocracia precisa prestar contas longe dos olhos dos trabalhadores. A assembleia de prestação de contas foi convocada através de edital publicado em jornal de grande circulação, conforme estabelece o Estatuto do Sintero? Quem viu esta convocação? E em qual jornal? E qual a convocação direta aos professores?

"As contas do Sintero são públicas. Por isso a cada ano procuramos fazer a assembleia de prestação de contas em uma Regional diferente para que os filiados de todo o Estado possam participar", disse Claudir, destacando que os filiados têm acesso ao destino de cada centavo arrecadado das contribuições.

A **verdade para a base é que:** uma assembleia de uma entidade sustentada pela categoria deve ser feita em todas as regionais e amplamente divulgada para toda categoria e não numa só regional.

Este ano na **12ª semana nacional em Defesa da Educação Pública promovido pela CNTE** foi divulgado o dia nacional de luta, mas sequer o sindicato divulgou o dia de **paralisação/protesto nacional** que foi dia 11/05, transformando em discussão isolada por regionais e em outras transformou só em paralisação dos trabalhadores em educação estadual.

No final deste ano acontecerão as eleições no sindicato. Com certeza este grupo tenta permanecer na direção da entidade e continuar tirando proveito particular. A base precisa varrer com essa camarilha burocrata petista que há 22 anos vem comandando e distorcendo a luta dos trabalhadores em educação do estado. Para cumprir essa tarefa, é preciso organizar a chapa de oposição. A Corrente Proletária trabalha nesse sentido. O Sindicato é instrumento de luta e tem de ter em sua direção os melhores combatentes. Quem está com o governo não pode estar com os trabalhadores.

Rondônia**Independizar o MPA das direções governistas**

Nos dias 17 e 18 de maio, o **Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA** - de Rondônia realizou a jornada em Porto Velho. Teve como discussão as reivindicações e as promessas de campanha do governo PT. São reivindicações dos camponeses pobres para a permanência e garantia de vida no campo.

No decorrer dos oito anos do governo PT/Lula e, agora Dilma, o PT vem assumindo posições da burguesia agrária. A criminalização dos movimentos sociais e a burocratização dos sindicatos avançaram. Antes do PT subir ao poder político do país, as lideranças camponesas convocavam a base para a luta pela conquista da terra pelos métodos de ação direta próprios da classe operária: ocupações de latifúndios, bancos, órgãos públicos e bloqueios de avenidas e rodovias. Mas, como o PT se adaptou ao poder burguês, substituiu a luta direta *pelos tarefas da FETAGRO* e de outras organizações, cuja essência é a jornada de maio de “pressão” parlamentar.

No governo Dilma, a situação tem se agravado. Há uma ofensiva dos latifundiários e um retrocesso da luta dos camponeses. O MPA passou a defender a liberação dos recursos e condições para trabalhar na terra pela via do legalismo e da chamada pressão parlamentar. Nessa jornada, as direções do MST e do MPA deram trégua ao governo e evitaram aprofundar a luta de classe no campo. Consideram que a tática correta frente a um governo “aliado” é a da legalidade parlamentar.

Está aí por que dizemos que um dos obstáculos para o avanço da luta dos camponeses pobres é a sua direção política. São direções que apóiam o governo do PT e, por isso, não o enfrentarão para arrancar as reivindicações. O chamado “diálogo”, “negociação” e outros instrumentos usados pelos dirigentes só têm contribuído para arrefecer o combate dos camponeses e favorecer os capitalistas do campo.

A **Corrente Proletária Camponesa** intervém na luta dos camponeses na defesa do atendimento as reais necessidades do movimento, denunciando os governos e lideranças conciliadoras. Na jornada do MPA, reforçou a posição de que:

1. Independência do movimento em relação aos governos. Nenhuma trégua ao governo do PT. Luta pela terra e pelos assentamentos por meio da ação direta;

2. Combate à criminalização dos movimentos. Denúncia ao governo do PT que acoberta os crimes da burguesia. Punição não só aos jagunços como também aos mandantes e governos coniventes. Organizar a autodefesa para responder a repressão dos latifundiários, das milícias particulares e do Estado;

3. Rejeição da política das direções do movimento camponês, que abandonaram a luta direta pela conquista da terra e as condições de existência dos assentados. Apoio à luta dos camponeses em defesa de suas reivindicações vitais, que são as condições para poder cuidar da terra e dela tirar o sustento para a família. Chamar a unidade de todos os explorados e trabalhar no seio do movimento para elevar a consciência política dos camponeses pobres. As ilusões democráticas são fortes entre os camponeses e as suas direções as alimentam. Saber distinguir os opressores dos oprimidos, os explorados dos exploradores e os métodos genuínos da classe operária fazem parte dessa elevação política, necessária para enfrentar o sistema capitalista de produção.

4. Unidade de todos os explorados na defesa das reivindicações dos camponeses pobres;

4. A aliança operária e camponesa é a aliança de classe explorada contra os capitalistas. Isoladamente, os camponeses não alcançarão as reivindicações. A emancipação dos camponeses pobres depende da luta dos operários contra o sistema de exploração e seus representantes no Estado.

A distribuição da terra aos camponeses pobres e o fim da opressão de classe no campo pressupõem acabar com o capitalismo. O governo operário e camponês, resultado da insurreição, materializará a ditadura do proletariado. Elemento necessário para expropriar as terras e entregá-las aos camponeses pobres. Sem se colocar pela tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário, o movimento camponês não se emancipará da política das direções reformistas.

Paralisação Unesp-Botucatu

A reunião aberta com a Diretoria/Reitoria da Unesp campus Botucatu, articulada pelos alunos, para esclarecimento da diretoria quanto ao fato de terem aprovado todos os projetos mesmo a contragosto dos estudantes, professores e alunos, a priori não previam uma estipulação dos alunos participantes. E, sem que soubessem, foi decidido que seria aberta a apenas 10 estudantes. A concessão desta reunião aberta não passou de uma artimanha da diretoria para explicitar a ideia de que os alunos podem participar democraticamente das decisões da universidade, o que mostrou ser claramente falso, pois a diretoria mostrou-se totalmente antidemocrática e autoritária, de maneira que os alunos notadamente perceberam que se tratava apenas de um meio para que a diretoria desarmasse qualquer tipo de organização dos estudantes.

Esse fato impulsionou ainda mais a decisão de se mobilizarem, paralisando suas atividades no dia 13 a 14 de maio, reunindo cerca de 60 alunos dos diversos cursos da Unesp, em

prol das principais reivindicações: Estatização do RU, Subsídio e o fim dos funcionários terceirizados.

O próximo passo dos alunos é reivindicar da diretoria para que sejam não somente escutados, mas para que suas necessidades sejam atendidas. Na sexta-feira (20 de maio), o reitor prometeu comparecer para ouvir os alunos. Espera-se que o movimento que cresce na Unesp campus Botucatu tenha a presença massiva nesta manifestação, para que o Reitor não fique apenas nas promessas de melhorias, mas que as cumpra de fato. Ressaltamos que, sem condições de permanência estudantil, a evasão da Unesp consequentemente irá aumentar.

Com um movimento forte e combativo e coesão das Unesps nesta luta, a pressão fará com que o movimento cresça, não mais rumo a promessas e propagandas políticas da Diretoria/Reitoria, mas rumo a conquistas destas e das demais reivindicações do movimento estudantil.

Há 10 anos, a UFBA era invadida pela polícia militar

Atual Comandante da Polícia Militar, nomeado por Wagner (PT) comandou em 2001 a repressão contra estudantes, professores e servidores

No dia 16 de maio de 2001, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) transformou-se em verdadeiro campo de batalha entre a militância estudantil secundarista, universitária, professores, funcionários, sindicalistas, políticos da oposição e movimentos sociais, de um lado, e, de outro, a repressão brutal da polícia militar da Bahia, governada à época por Cesar Borges, que tinha como seu vice-governador Otto Alencar, ambos conhecidos representantes das oligarquias e grupos econômicos estaduais. Os manifestantes com faixas, cartazes e palavras de ordem lutavam pela cassação dos então senadores Antônio Carlos Magalhães (ex-PFL, hoje DEM), já falecido, e José Roberto Arruda, por violação do painel do Senado. Para evitar a cassação, os ex-senadores manobram com a renúncia. No final, a única punida foi a própria denunciante, uma servidora da casa.

Diante da clara impunidade do parlamento e da prepotência da oligarquia carlista, os manifestantes se aglomeraram em frente ao campus da UFBA. O oligarca governador César Borges, na defesa de ACM e Arruda, enviou um grande número de policiais para os arredores da universidade, numa atitude de provocação e desafio. Os manifestantes foram violentamente reprimidos pela tropa de choque da polícia militar munida de cavalos, cães, armas, balas de borracha e gás lacrimogêneo na avenida, onde se localizam as Faculdades de Educação, Medicina, Administração e Direito. Foram doze horas de tensão e mais de duas de combate nas ruas. A polícia tentava dispersar a manifestação, mas encontrava a brava resistência dos manifestantes. Violando qualquer regra de autonomia universitária, a polícia do Estado, sob domínio da oligarquia carlista, cercou os estudantes dentro do campus da UFBA, desfechando mais repressão sobre o conjunto dos manifestantes e realizando prisões.

Aliás, os partidos atuais e seus representantes políticos (PT, PCdoB), na época parte da oposição, muito se apoiaram nas consequências políticas da repressão carlista, para defender idéias como ética na política e fim do domínio oligárquico da família ACM, o que parecia ocorrer com a eleição de Jaques Wagner em 2006, derrotando o então governador Paulo Souto (ex-PFL). Puro engano! Wagner não só não afastou as oligarquias do poder econômico e político, como tem sido aplaudido pelos grupos econômicos estaduais, nacionais e pelo capital estrangeiro, beneficiados com a administração petista, que manobra, controla e ilude os explorados e movimentos sociais, deixando campo aberto



aos investimentos do capital e à exploração dos trabalhadores. Quanto aos explorados, continuam recebendo migalhas através de políticas assistencialistas limitadas e promessas de que um dia terão suas reivindicações atendidas. Médicos, servidores da saúde, professores das escolas estaduais e universidades, estudantes etc. começam a sentir na pele as medidas de contenção de gastos públicos, congelamento de salários e péssimas condições de trabalho. Os professores se encontram em greve há mais de um mês, sem qualquer resposta às suas reivindicações, a não ser o descaso e a prepotência.

Hoje, o vice-governador de Wagner é exatamente o vice-governador da época da invasão da UFBA pela polícia militar, Otto Alencar. E mais, o atual comandante da polícia militar da Bahia, Coronel Alfredo Castro, nomeado diretamente por Wagner, era Major na época da invasão da UFBA e comandou a repressão brutal contra os manifestantes. A integração completa do PT e aliados à estrutura do Estado burguês e suas alianças com setores do capital, via financiamentos de campanha gigantescos, demonstra claramente a podridão em que se meteram os antes “opositores da oligarquia de ACM”. O PT não representava qualquer mudança para os explorados, mas uma alternativa da burguesia frente à crise capitalista e a necessidade de controle da luta de classes.

A experiência da invasão da UFBA demonstra que as reivindicações e lutas democráticas, se não estiverem sob a direção do partido revolucionário, acabam servindo aos interesses dos opositores burgueses. O trabalho de organização de estudantes, professores e funcionários em torno da política proletária constitui uma tarefa em aberto.

Ao 1º Congresso da Anel

Responder ao burocratismo e estatismo da UNE constituindo uma fração revolucionária programática Derrotar o Plano Nacional da Educação privatista, empresarial, mercantilista Lutar pela expropriação revolucionária do ensino privado, pela estatização sem indenização e controle pelos trabalhadores e juventude

Essas são as três tarefas fundamentais sobre as quais o 1º Congresso deve se debruçar e decidir

É conhecida por demais a posição do POR de não cisão da CUT e da UNE. Estamos certos de que respondemos à iniciativa do PSTU de constituir novas organizações nos baseando no marxismo e na experiência internacional do proletariado. O pior que pode acontecer é travar lutas sectárias entre correntes que se reivindicam do trotskismo. Mas não deixa de ser pior ainda acobertar-se com o oportunismo, como fazem as correntes que seguiram o PSTU no processo de cisão e que disputam postos no campo do aparelhismo, cavando trincheira oposicionista e procurando se comportar como sua ala esquerda.

As posições do POR sempre foram cristalinas em defesa da unidade organizativa do proletariado, o que se estende para as organizações estudantis. Partimos da constatação de que um dos grandes obstáculos para a classe operária enfrentar a classe capitalista e seu Estado reside no divisionismo burocrático de suas organizações. Mas o estilhaçamento que se ampliou com a formação de quase uma dezena de Centrais, regredindo o movimento que criou a CUT, é consequência do processo de reconstituição da burocracia sindical, de estatização dos sindicatos e de implantação da política burguesa por meio do PT, PDT, PSB, PCdoB, etc.

Não temos a menor diferença com o PSTU quanto à caracterização de que a CUT e UNE servem de correia de transmissão das diretrizes governamentais. Mas divergimos radicalmente quanto à compreensão do fenômeno da estatização e de como combater pela independência e democracia sindicais. Seria estúpido rechaçar a formação da CSP-Conlutas e a ANEL baseando-nos apenas no fundamento geral da unidade organizativa do proletariado. É dever dos marxistas atuarem sempre de acordo com seu conteúdo concreto. Por isso partimos da inevitabilidade da burocratização e da estatização dos sindicatos e Centrais na época do imperialismo.

As organizações operárias que não estejam sob a direção do partido revolucionário sofrerão as consequências devastadoras da política de conciliação de classe. Não é isso que se passa no mundo todo? Pode haver diferença de grau de estatização entre a CUT no Brasil e a COB na Bolívia, mas não de essência. Vivemos uma profunda crise de direção com a destruição das conquistas do proletariado mundial pelo estalinismo. A burguesia se fortaleceu no pós-guerra e reorganizou a burocracia sindical para melhor ser-

vir-lhe. Nossas particularidades, aqui no Brasil, não deixam de expressar o fenômeno geral da burocratização e estatização. O PT se tornou um partido da ordem burguesa. O PCdoB estalinista saiu do foquismo e adentrou ao democratismo arrivista. A burocracia sindical direitista se abrigou nos demais partidos da burguesia e finalmente se uniram aos cutistas e cetebistas para sustentar o governo burguês de Lula e agora de Dilma.

O PSTU conquistou a direção de sindicatos importantes, passou a participar nas eleições presidenciais e se fortaleceu como corrente de esquerda centrista. Essa nova condição lhe permitiu liderar um movimento minoritário de ruptura com a CUT e UNE, em nome da independência e da democracia. Mal percebe que faz parte da crise de direção e de uma conjuntura pós-ditadura que permitiu não somente a ascensão do reformismo como o crescimento do centrismo opositor, mesmo que ultra-minoritário. Ocorre que a cisão com a CUT segue o processo político de reordenação das forças burocráticas. É preciso ter claro, nesse sentido, que a política de cisão do PSTU se trata de uma diretriz artificial de alinhar um conjunto de sindicatos e de entidades estudantis por trás da política centrista de esquerda. Esse caminho de diferenciação e de enfrentamento com a burocracia dominante não poderá progredir ao ponto de quebrar as tendências estatizantes dos sindicatos. O seu fracasso será grave para a vanguarda que se choca com os aparatos da burocracia oficial. Não porque esteja lutando pela independência e democracia sindicais, mas sim porque está provocando uma cisão que não expressa o combate da maioria operária e estudantil.

Um dos aspectos de nossas críticas foi o de que a cisão significou abandonar a CUT nas mãos da burocracia que controla a maioria dos sindicatos operários. O mesmo se passa com a UNE. Entendemos que a conquista da independência e da democracia no movimento sindical é parte da construção do partido marxista-leninista-trotskista no seio do proletariado, isto é, parte do desenvolvimento do programa da revolução e ditadura proletárias. Todo problema se concentra em construir o partido, fator subjetivo fundamental para potencializar a situação de desintegração objetiva do capitalismo. Não será a criação de uma nova Central de esquerda e o desencadeamento de disputas pelo controle de sindicatos e pela desfiliação dos aparatos estatizados que imporão a derrota

da burocracia estatizante. Estamos convencidos dessa tese e por isso nos pronunciamos de forma precisa e honesta, considerando que a CSP-Conlutas e a ANEL reúnem o que há de mais progressista e combativo da vanguarda que vem se constituindo desde antes do fim da ditadura.

Os militantes do POR sempre participaram das reuniões, dos encontros e das Assembléias da ANEL. Nas lutas contra a burocracia, que inclui as eleições sindicais, procuramos manter a relação frentista. Certamente, não deixamos de intervir nos Congressos da CUT e da UNE, uma vez que estamos convictos da necessidade de combater as direções pró-capitalistas e governistas no terreno das organizações de massa.

O POR se coloca perante o 1º Congresso da ANEL com a mesma posição que defendeu no Congresso de fundação da Conlutas – não cindir as organizações de massa e constituir uma fração revolucionária baseada no programa revolucionário. O Programa define a linha de independência e democracia nas organizações de massa. A direção expressa o programa; o proletariado ou os estudantes elegem a direção-programa.

O 1º Congresso da ANEL deve aprovar um programa e se constituir como fração revolucionária da UNE

Não temos a tese do PSTU para saber com precisão o que pretende aprovar no 1º Congresso, mas o artigo do Opinião Socialista (No 423) “O Congresso da ANEL é o lugar da esquerda da UNE” nos indica o caminho. O que os dirigentes da ANEL esperam é “unir a esquerda para fazer frente ao ataque que o governo prepara para o novo PNE”. Considerada como principal tarefa do momento, pressupõe-se um “plebiscito nacional pelos 10% do PIB para a educação”. As iniciativas nesse sentido devem vir acompanhadas “por uma forte campanha unitária contra o novo PNE, que incorpore a ANEL, a Esquerda da UNE, o ANDES-SN e todas as entidades que se dispuserem a fazê-lo”. Caso prevaleça essa formulação, a ANEL não discutirá o programa e continuará a marcha de cisão da UNE.

Entendemos que se trata de organizar o movimento estudantil sobre a base de posições programáticas e não simplesmente de bandeiras e campanhas conjunturais. Qual é a política do PCdoB e PT que desgraçou a UNE? É a de defender a coexistência entre ensino privado e público. Essa posição é um reflexo da adaptação do estalinismo ao capitalismo e da subserviência do reformismo ao grande capital, portanto ao imperialismo.

A tarefa democrática de constituir um único sistema educacional, público, laico, científico e gratuito não foi cumprido pela burguesia nacional e não mais será cumprida por ela. Portanto, passou para o programa da revolução proletária. Inúmeras tarefas democráticas estão em contradição com o capitalismo semicolonial e constituem motivo de luta das massas. Entre elas a tarefa de estatização do sistema privado, por meio da expropriação, sem indenização.

Não se vai derrubar nenhum PNE sem que os estudantes estejam sob a direção de um programa e uma política proletários. Ou seja, não se conquistará a independência política do movimento estudantil sem que sua direção expresse a política do proletariado. Essa é a tese que o PSTU nunca assumiu e que por isso se aventurou a cindir a CUT e a UNE, à procura do controle de uma parte do aparelho sindical.

Não surpreende, depois da realização de várias Assembléias

da ANEL, o fato de no 1º Congresso os delegados não chegarem com a discussão de um programa para a educação que leve os estudantes a *lutar pela expropriação da rede particular de ensino, sua estatização e constituição de um sistema público único, sob o controle dos trabalhadores e da juventude*. O PNE, que se assenta na LDB, nada mais é que a consagração jurídica e funcional do controle da educação pelos empresários e pela Igreja, ou seja, reflexo das relações capitalistas de produção, da grande propriedade privada e mercantilização do ensino.

O programa que se opõe à estatização da UNE e às diretrizes do estalinismo e reformismo petista é o da expropriação revolucionária da rede privada de ensino e do seu controle pelos trabalhadores e juventude vinculados à produção social. É com esse programa que os estudantes se chocarão com o governo, a burguesia e seu Estado e que por isso mesmo se colocarão sob a direção política da classe operária.

Enquanto prevalecerem as posições que esgotam o movimento estudantil em si mesmo, alicerçado nesta ou naquela bandeira de melhoria da educação, não haverá emancipação das organizações de massa e não se avançará na tarefa de combater a desintegração do ensino sob o sistema privado mercantil e religioso.

A burocracia sindical está empenhada em obscurecer os fundamentos privatistas do PNE e a bancarrota do ensino com a discussão sobre verbas. Não por acaso a UNE, CNTE, UNDIME, etc. fazem demagogia com o percentual de 10%. E o PSTU corre atrás com a bandeira de unidade em torno de um plebiscito.

Se o 1º Congresso da ANEL renunciar a aprovar um programa de luta pela expropriação revolucionária do ensino privado e se ater às manobras em torno de verba para a educação, estará perdido.

O POR defende que, com o programa de expropriação, estatização, sistema público de educação e ensino científico vinculado à produção social, o 1º Congresso da ANEL decida pela campanha contra o PNE privatista e pelo atendimento das reivindicações do movimento estudantil. Decida também por desmascarar a hipocrisia dos 10%, da demagogia do “ensino de qualidade” e da farsa “verba pública para a escola pública”.

O POR combate a coexistência do ensino público com o privado. Rejeita as posições reformistas que a sustentam com as bandeiras de 10%, de ensino de qualidade, escola a serviço dos trabalhadores, verbas públicas para escola pública, financiamento de mensalidades, assistência estudantil, controle democrático do ensino privado e limitação ao ensino a distância.

Há uma ofensiva dos empresários para que se implante o ensino a distância. O governo de FHC deu um passo em favor dessa forma de exploração mercantil e Lula consolidou a legislação da Universidade Aberta on-line. Trata-se de mais uma medida de privatização do ensino e que visa à abertura do mercado escolar ao capital externo. A penetração de grandes grupos empresariais na educação do País expressa o quanto a burguesia brasileira e seu governo são antinacionais. A burocracia da UNE apóia essa ofensiva mercantil e entreguista. O 1º Congresso deve aprovar uma resolução de eliminação do ensino a distância, de expropriação dos grandes grupos nacionais e internacionais e armar uma campanha.

A universidade pública é controlada por uma burocracia formada no quadro docente e submetida à política privatista dos governos. Há que recuperar o ensino público e gratuito das univer-

sidades estatais, que dissolver a estrutura autoritária, expulsar a burocracia privatista e estabelecer a autonomia universitária por meio da assembléia universitária soberana, implantar a eleição direta do governo tripartite pelo voto majoritário.

A educação mercantilizada e acadêmica eliminou a possibilidade do ensino científico. Afastou a universidade da produção social e submeteu-a aos interesses particulares do capital. O obscurantismo ideológico da sociedade de classe em decomposição tomou conta do trabalho docente e passou a condicionar a educação. O ensino mercantilizado formou uma mentalidade privatista nas relações educacionais. Eis por que a defesa da escola científica vinculada à produção social está na base do programa. Somente a classe operária pode estabelecer esse vínculo e tornar a educação de classe do capitalismo em socialista.

As tarefas democráticas a serem realizadas pelas transformações revolucionárias não são um fim em si mesmas. Estão determinadas pelas tarefas da revolução socialista, que será proletária. O movimento estudantil ganhará independência e superará o corporativismo no momento em que estiver lutando pelo fim do poder burguês, por um governo operário e camponês que expresse a ditadura do proletariado e pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Ou seja, quando estiver sob a direção da classe operária em luta.

Temos consciência que o 1º Congresso não terá como fazer uma discussão programática que vá até a estratégia da revolução proletária. Mas a sua direção não deve fugir do problema com a escapatória do socialismo abstrato. Essa via conduz ao reformismo e à impotência diante do poder burguês e de sua política, que vem sendo desenvolvida pelo PCdoB e PT.

Em resumo, que o 1º Congresso da Anel aprove:

1. Um programa revolucionário que lhe permita atuar como fração revolucionária no seio da UNE, combater as forças estalinistas e reformistas estatizantes e emancipar as organizações

estudantis da tutela do Estado e da política burguesa;

2. Um programa de expropriação do sistema privado de ensino, sem indenização, de edificação de um sistema público, gratuito e científico, sob o controle dos trabalhadores e da juventude vinculados à produção social; Um plano de financiamento do ensino único e gratuito elaborado pelos estudantes e trabalhadores da educação;
3. Defesa da autonomia universitária, controlada pela assembléia soberana e garantida pela eleição direta majoritária do governo tripartite;
4. Rejeição integral do PNE por ser privatista. Que o governo atenda o programa de reivindicações do movimento estudantil;
5. Eliminação de toda legislação que implanta o ensino a distância e fim de sua execução;
6. Fim da legislação que impõe a avaliação institucional, falsifica a realidade do ensino, serve ao intervencionismo estatal nas escolas públicas e que justifica o apoio à rede privada de ensino;
7. Plano de reivindicações do conjunto dos explorados, que garanta o salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho e reconquista de direitos trabalhistas; por uma jornada de apenas 4 horas para a juventude e o restante dedicado aos estudos e lazer;
8. Combate à burocracia que controla o movimento estudantil, defesa da democracia e da independência política das organizações de massa e aplicação do método da ação direta;
9. Constituir uma oposição revolucionária ao governo de Dilma Roussef com o programa e com resposta a cada ataque à vida dos trabalhadores e ao ensino, bem como à política antinacional e antipopular de conjunto.

Sobre esses pontos, cabe ao 1º Congresso aprovar resoluções e campanhas.

As organizações de massa são criações das massas, não produto desta ou daquela concepção

O ponto de partida para discutir o tema é a defesa da democracia estudantil (aplicação da democracia operária no movimento estudantil) e da independência política e organizativa frente ao Estado e à burguesia. Princípios que, embora tão elementares, têm sido constantemente violentados no interior da UNE. Isso se deve à política de sua direção, composta majoritariamente pelo PCdoB e PT, que atrela a organização ao governo e impede que se manifeste qualquer traço de democracia interna. Não é por acaso que o tema será um dos mais importantes do 1º Congresso da ANEL: a entidade surgida em 2009, fruto da política divisionista do PSTU desde 2004 com a Conlute, precisa mostrar que está em oposição à UNE para tentar se consolidar como alternativa.

A política de ruptura empreendida pelo PSTU revela uma determinada concepção de entidade e trabalho de base. Os argumentos para o surgimento da nova organização foram: o governismo da UNE (com a subida de Lula ao poder em 2002) e a inviabilidade da disputa interna (congressos burocratizados etc.). Resultado: a entidade estava morta para a luta e por isso tratava-se de criar outra, como “alternativa” democrática e de esquerda. Por trás dessas justificativas encontramos um certo entendimento sobre a tática: primeiro conquistar o aparato, para assim influen-

ciar a maioria. Nessa linha, a unidade organizativa é sacrificada enquanto o combate pelo enraizamento do programa acaba ficando sempre pra depois, submetido às disputas de aparelho.

Os organismos de massa surgem das lutas, como resposta a uma tendência geral, emergindo das próprias massas, e não a partir desta ou daquela “concepção”. Ou seja, tais organismos expressam uma disposição real das bases, do contrário resultam em artificialismo. À vanguarda cabe se ligar a todas as iniciativas da base, desenvolvendo e generalizando as que apontam para o avanço do movimento. Não se trata de esperar passivamente, mas trabalhar para que o programa revolucionário penetre no seio das massas. Dirigimos esse esforço ao conjunto dos explorados, o que implica realizar intensa propaganda e agitação em todos os espaços, inclusive nos mais desfavoráveis.

Criar organismos paralelos e minoritários, nos quais a política de seus criadores já se expressa com maior facilidade, conclui em abandonar o restante à sorte das direções conservadoras. Limitar-se a organizar um segmento dos que estudam e trabalham (e não seu conjunto) é, por definição, sectarismo. E, por essa via, passa-se com muita facilidade ao exitismo e à arrogância diante dos demais grupos oposicionistas no interior das tais entidades “revolucioná-

rias". O abandono da luta programática junto ao conjunto dos estudantes se transforma em imposição do próprio programa numa entidade apartada da maioria. Trata-se de uma política estéril. A ANEL se coloca como entidade concorrente, pressupondo a coexistência com a UNE e sua direção burocrática.

O programa e a direção determinam a natureza das organizações de massa. Não há independência frente ao Estado e à classe dominante sem um programa claro de combate a esses inimigos. A direção deve corresponder a esse programa, deve encarná-lo. O desafio fundamental colocado à vanguarda, portanto, é o do con-

Congresso Nacional da UNE sob a estatização e governismo da direção estalinista

O Congresso Nacional da UNE ocorre este ano sob o governo Dilma, da aliança PT/PMDB/PCdoB/PDT/PSB. O governo burguês de Dilma é de continuidade do governo burguês Lula. Mas o governo Dilma enfrenta uma conjuntura distinta, não tem a seu favor um crescimento do comércio mundial, e não tem o cacife do caudilho Lula, que contava com ampla capacidade de controle dos movimentos sociais. Por isso, o novo governo já inicia caminhando para a direita: internacionalmente, alinhou-se com os EUA, agravando a submissão do país. Promete aos capitalistas empenho na aplicação das reformas da previdência e trabalhista, que atacam as massas. Dá continuidade à política educacional desenvolvida no governo do PSDB (Plano Nacional da Educação privatista e excludente). Preserva toda a essência da política econômica orquestrada desde o governo FHC. Mantém o controle das organizações de massa, estatizadas pela ligação de suas direções com o governo. E despeja repressão contra os trabalhadores que se levantam contra a superexploração nas obras do PAC. Estamos diante de um governo antinacional e antipopular, que deve ser combatido com a ação independente das massas. *Isso se traduz em realizar uma oposição revolucionária a Dilma.* Ou seja, em trabalhar junto às massas, na sua maioria ainda iludidas com o atual governo, para organizar e impulsionar as lutas pelas reivindicações, dando-lhes centralização e unificação, de forma a canalizá-las para o enfrentamento mais geral ao governo e os capitalistas. A bandeira de oposição revolucionária se diferencia da chamada oposição de esquerda porque esta é de natureza eleitoral, visa ao desgaste eleitoral do atual governo e fortalecimento eleitoral da oposição à esquerda.

A UNE, pela prática de sua direção, ao invés de organizar nacionalmente os estudantes para lutar pelas reivindicações, tornou-se porta-voz do governo no interior do movimento estudantil. Basta ver sua posição diante do novo Plano Nacional da Educação (PNE) do governo Dilma, que tem uma essência privatista (por manter a maioria da educação sob controle dos capitalistas) e excludente (por manter a maioria da juventude fora do ensino superior). A direção da UNE apóia o novo PNE, com retoques. O principal deles é a defesa de que, ao invés de 7% do PIB para a educação, conforme colocado no PNE, propõe 10% do PIB. Essa posição está voltada a negociar os remendos ao PNE no interior do parlamento, de forma a não organizar a luta dos estudantes, que se chocaria contra o governo apoiado pela direção burocrática e estatizada. E, principalmente, desviar a atenção da maioria estudantil do maior obstáculo ao acesso da maioria à educação superior: o ensino privado, o controle da maioria das vagas pelos

fronto de posições, da luta política para derrotar a influência do reformismo petista e de seus aliados stalinistas (PCdoB).

O trabalho cotidiano em torno das reivindicações mais sentidas é fundamental, uma vez que permite a experiência das bases com suas direções. A prática continua sendo a principal escola de formação política, onde a teoria e os posicionamentos são submetidos à prova. Com a ruptura organizativa esse objetivo fica mais distante, o movimento carece de uma organização unitária para travar uma luta massiva e centralizada para derrotar o governo e os capitalistas da Educação.

capitalistas, a mercantilização da educação. Ou seja, a direção da UNE se coloca pela convivência com o ensino privado, se nega a travar a luta pela estatização. E fica de conluio com o governo por migalhas ao ensino público. Daí derivam suas demais políticas: disputar o Projeto de Lei no Congresso Nacional, propor controle sobre o capital estrangeiro na educação etc.

A direção estalinista aceita o domínio do capital sobre o ensino superior e se beneficia dele, colocando-se como intermediário entre estudantes e capitalistas. Alimenta as ilusões individualistas dos estudantes em resolver os seus problemas através da mediação da direção que atua como mediador entre as partes. Alimentando o individualismo, a direção da UNE preserva seu controle sobre o aparato e sobre a maioria do movimento estudantil. Colocar os estudantes em movimento, de forma coletiva e com os métodos da ação direta de massa, colocaria em risco o controle burocrático.

Assim, a atual direção tem se chocado contra os movimentos dos estudantes que contrariam as políticas governamentais. Basta ver as lutas contra o Reuni, que foram todas boicotadas pela direção da UNE. Ao se colocar entre as necessidades dos estudantes e as das alianças eleitorais e compromissos com o governo, a direção escolhe estes últimos.

A despolitização dos estudantes, mantida e estimulada com o individualismo e com os eventos festivos e culturais, protege a direção e seu controle burocrático. Sua política de reformas da universidade de classe burguesa a leva para a conciliação com a burocracia administrativa das universidades, com os capitalistas da educação e com os governos. A estatização da organização de massa corresponde à política de conciliação de sua direção. A burocratização da UNE corresponde por sua vez à necessidade da direção de levar à prática uma política que nega as reivindicações mais sentidas pelos estudantes e os métodos da mobilização.

Assim, a manipulação dos congressos, que inclui a inscrição em massa de delegados sem serem eleitos pela base, a eliminação dos debates de grupos e formulação de propostas voltadas à plenária final, e todo tipo de controle burocrático corresponde a um movimento estudantil retraído ao individualismo e culturalismo, sem um programa de combate pelas reivindicações e sem ligação com o movimento do proletariado.

A derrota da burocracia que controla a UNE depende da luta e organização nacional dos estudantes pelas reivindicações mais sentidas. O primeiro passo para isso é a constituição de uma fração de oposição revolucionária no movimento estudantil, fundamentada no programa revolucionário de destruição do capitalismo pela revolução proletária.

Nesta edição:

- Na Europa: a crise que demora a passar
- Temporado de caça aos direitos: reflexo da crise mundial
- Argentina: Expulsar do país as multinacionais, expropriar e estatizar sem indenização, sob o controle operário, o petróleo, o gás, todos os recursos naturais
- Guillermo Lora, um exemplo de militância

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Na Europa: a crise que demora a passar

O inferno da Grécia não é o Hades

FMI e Banco Central Europeu se colocaram em uma cruzada para salvar o Euro e a Grécia. A perspectiva de uma recessão maior do que a prevista, de um desemprego maior que o “tolerável” e – o principal – de que o déficit público não será contido mesmo com a brutal política de corte de direitos e de salários, pôs em alerta os principais órgãos reguladores da economia no bloco europeu.

Embora a Grécia tenha estimulado uma política de captação de capitais, através de aumento dos juros internos e de venda de títulos públicos, o capital financeiro supõe ser muito arriscado investir no país. Mesmo as privatizações anunciadas não trarão a quantidade de recursos esperada pelo governo. Em outras palavras, mesmo a mais dura opressão social não dará conta da crise que se instalou no país.

Como em outros momentos, anuncia-se um novo pacote de ajuda, recusado, formalmente, pelo governo. Os atos seguintes já são conhecidos: diante da inevitabilidade dos acontecimentos, mais algumas dezenas de bilhões chegaram ao país para saudar as dívidas existentes. Há, no entanto, um elemento novo: alguns governos têm sido pressionados para não cederem mais o empréstimo. Finlândia votou contra nova ajuda à Grécia e Alemanha também enfrenta resistência em seu parlamento. Com medo dos próximos passos da crise, os países em melhor posição voltam às costas ao “bloco econômico”.

A insolvência da Grécia pode significar, de fato, um duro golpe contra o Euro. A desvalorização abrupta da moeda pode pôr em perigo os países credores e os países devedores. Os primeiros por verem sua conta-corrente externa murchar do dia para a noite; os segundos, porque suas dívidas não são contabilizadas apenas em euros, mas em dólares – o que tornaria mais difícil ainda saldar os compromissos existentes.

Temporada de caça aos direitos: reflexo da crise mundial

Os jornais estamparam a reação da burguesia à crise provocada por ela mesma. Sua reação é jogar nas costas dos trabalhadores o peso da crise. A Alemanha, tendo como porta-voz a chanceler Angela Merkel, propõe que os países endividados do sul da Europa – Portugal, Grécia e Espanha – ampliem o tempo de aposentadoria e diminuam o tempo de férias.

Atualmente, os países europeus já possuem uma longevidade no tempo de aposentadoria: Na Irlanda, Reino Unido, Alemanha, Portugal, Espanha há a igualdade de tempo entre mulheres e homens (65/65); França, Itália e Grécia têm diferenças (60 mulheres e 65 homens). O período de férias varia de país para país. Incluindo os feriados, temos: Portugal (22/35), Reino Unido (28/36), Irlanda (20/29), Grécia (25/37),

Se o povo grego, com a direção do proletariado, não parar a sangria do país, nenhum governo burguês o fará. O inferno da pobreza, do desemprego e da destruição da juventude virá à superfície com a mesma rapidez com que se esgotam as possibilidades de salvar o país da bancarrota. Somente o levante popular, com o programa proletário fará frente à política imperialista.

Em Portugal, a situação não é melhor

Os prognósticos não poderiam ser piores: recessão de, pelo menos, dois anos; taxa de desemprego chegando a 13%; corte e congelamento de salários; reforma trabalhista e da previdência, etc.

A “ajuda” de 78 bilhões de euros, vindos da UE e do FMI, podem não ser suficientes para conter a dívida pública. Os partidos que se alternam no poder, o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, não têm uma política independente diante da fração burguesa mais poderosa. Ambos se curvaram ao pacote de austeridade e ambos concordam em levá-lo a ferro e fogo caso vençam as eleições previstas para esse ano.

Sem os trabalhadores nas ruas, todas as mudanças, aprovadas nos demais países, serão levadas à frente também em Portugal. Apenas a ação direta, as greves por tempo indeterminado, os protestos, as ocupações de prédios, o enfrentamento com a força repressiva poderão dar um destino diferente às medidas já anunciadas de retirada de direitos. A passividade dos sindicatos e centrais joga em favor do governo.

Faz-se urgente a reconstrução da IV Internacional e dos partidos operários em cada país para levantar um programa de reivindicações transitórias ligadas à estratégia de tomada do poder. Sem a realização dessas tarefas, não só Portugal e Grécia sofrerão, o continente permanecerá na crise e destruirá as economias nacionais.

Espanha (22/36), Alemanha (20/30), Itália (20/31) e França (30/40).

Essa é a fórmula mágica da burguesia imperialista para conter a sangria financeira causada pela crise de 2008 e como requisito para conceder empréstimos para sanear a economia em frangalhos desses países. Diz a chanceler: “É importante que pessoas de países como Grécia, Espanha e Portugal não possam se aposentar antes que na Alemanha. Trata-se de que todos se esforcem de maneira mais ou menos igual” e acrescenta: “ Sim, a Alemanha ajuda. Mas só se os demais se esforçam. Isso é preciso ser demonstrado”. A exigência e ameaça se dá após a aprovação de um pacote de ajuda financeira no valor de 78 bilhões de euros para Portugal e um eventual segundo resgate à Grécia, no valor de 110 milhões de euros.

No entanto, segundo pesquisa do Instituto Forsa, 70% dos alemães são favoráveis ao discurso da chanceler. Isso expressa o intenso desgaste que o desemprego, a perda de direitos, a precarização das condições de vida causam aos trabalhadores, que se voltam contra outros trabalhadores. E fundamentalmente pelo fato da classe operária alemã estar sob a direção da burocracia sindical e sob a influência da política burguesa. A xenofobia, não por acaso, ganha terreno.

Ao contrário, a unidade dos proletários da Europa e de outras partes do mundo é a única saída para os problemas criados pela burguesia. Pretende-se acabar com os supostos “privilégios” obtidos pelos proletários a custa de muitas lutas, greves, assassinatos de lutadores. Aumentar o tempo de aposentadoria e diminuir o tempo de férias indica querer destruir fisicamente força produtiva. A superprodução de capital e de mercadorias vêm colocando em xeque o sistema capitalista. A saída futura é a destruição em grande escala de forças produtivas, seja pelo fechamento de postos de trabalho, seja pela destruição bélica. O impasse vivido pela burguesia se refletirá em maior violência sobre as massas. O proletariado mundial deve se armar contra essa violência. Isso só será possível com a construção do

Argentina

Publicamos esta importante posição do POR argentino sobre a necessidade de recuperar o petróleo entregue às multinacionais por meio da expropriação sem indenização e do controle operário da produção. As posições aqui desenvolvidas servem também para o Brasil

Expulsar do país as multinacionais, expropriar e estatizar sem indenização, sob o controle operário, o petróleo, o gás, todos os recursos naturais

Os dados demonstram que as multinacionais petrolíferas instaladas no País conseguiram, nos últimos anos, aumentar sua taxa de lucro, aprofundando os ataques às condições trabalhistas dos operários.

Os hidrocarbonetos (petróleo e gás) são uma das principais atividades econômicas do País. É um setor estratégico para seu pleno desenvolvimento, entretanto, não está nas mãos do Estado e sim das empresas multinacionais como, REPSOL, PETROBRÁS (60% das ações da Petrobrás são de multinacionais), TOTAL, etc, que têm em suas mãos o domínio sobre a exploração, extração e produção e, conseqüentemente, do preço interno desse insumo vital. Esta é também a causa da constante falta de naftas, gasolina e gás no País ou do aumento de seus preços, que golpeiam toda a população.

É assim que, diferentemente do que afirma o governo, a população de Neuquén não tem nada que festejar pela grande quantidade de petróleo existente em suas terras. A maioria da população mais pobre não tem acesso ao gás e quase nada de suas necessidades básicas, enquanto que milhões de dólares saem para o exterior em reservas financeiras às matrizes das multinacionais. Fica claro assim a submissão da burguesia nacional e seus governos (como o de Menem) que privatizaram a YPF e que, atualmente, os Kirchner, dão continuidade entregando mais recursos às multinacionais estrangeiras (como a inglesa British Petroleum –BP, em Cerro Dragón, Santa Cruz)

Frente a esse domínio imperialista sobre o recurso, é correto denunciar o saque e o aumento dos preços, como fazem alguns partidos nacionalistas burgueses. Materializar a soberania do País, isto é, das massas sobre esses recursos, é uma tarefa nacional de primeira grandeza que não pode se postergar. Mas desconhecer que essa tarefa é hoje somente realizável sob os

partido revolucionário nesses países e a reestruturação da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Brasil: Reflexo da crise mundial

O Brasil, país capitalista de economia atrasada, não ficará imune aos efeitos da crise mundial. A retirada de direitos sociais conquistados é a tônica do momento. O ministro da previdência, Garibaldi Alves Filho, “sugeriu”, durante uma audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a fixação da idade mínima de 65 anos para aposentadoria. Como se vê, o governo Dilma/PT está empenhado em sacrificar os trabalhadores brasileiros. Segue as orientações dos organismos internacionais e prepara o terreno para a futura crise econômica que se avizinha.

Os sindicatos e as centrais sindicais oficiais, há tempos estatizadas, não levantam a voz contra esse ataque à vida das massas. A reação deverá vir das próprias massas. A tarefa consiste em derubar as burocracias encasteladas nos muros dos sindicatos. Para isso, assim com em outras partes do mundo, é necessário a urgente construção do Partido Operário Revolucionário.

métodos e estratégia revolucionária da classe operária contra toda forma de propriedade, é desconhecer que a soberania só se recupera expropriando e estatizando, sem indenização, todos os recursos que estão nas mãos das multinacionais.

Ao indicar essa particular combinação entre a tarefa nacional e o método para concretizá-la, todas as vertentes nacionalistas de cunho burguês acabam fazendo demagogia populista e desviando a maioria explorada de sua verdadeira luta. Por isso, não dizem que tais medidas não se conquistam com leis, nem regulamentos (quantas se votaram ou propuseram nesses anos, e os politiquinhos não as votaram ou fizeram de tudo para desconhecê-las?), mas sim com a luta geral das massas dirigidas pela classe operária.

Muitos partidos que se reivindicam nacionalistas dizem que a soberania sobre o petróleo e gás deve ser recuperada e que seus ganhos destinados a resolver os problemas das maiorias (casas, saneamentos, etc), o que primeiramente teriam de fazer é acabar de uma só vez com os traidores sobre os custos e a rentabilidade que justificam o desemprego e os salários cada vez mais baixos. E dizer que não é o Estado burguês que deve controlá-las, mas sim os operários por meio do controle coletivo sobre o que se produz, explora, investe, etc. É exigir, ao mesmo tempo, a abertura sem restrição dos livros contábeis dos capitalistas e ver em que se gasta e para onde vai o dinheiro, que negócios escondem, quanto pagam de propinas, etc.

O setor operário ligado diretamente à indústria petroleira é o principal destaque que pode concretizar essa tarefa e levá-la para o conjunto da classe, até as últimas consequências.

Sem dúvida, para transformar esse setor importante em força política consciente dessa transformação revolucionária, há que dar passos firmes desde hoje para coesioná-lo e projetá-lo a cumprir esse papel. Isso significa tirar do controle da burocracia,

entreguista e patronal, unindo-se com outros setores que trabalham na indústria mediante um plano comum que parta de seus interesses comuns. Dando um passo firme na centralização das fileiras dos operários do petróleo sobre uma política classista.

A camarilha de dirigentes e delegados que está na direção dos petroleiros, de caminhoneiros ou a UOCRA, são funcionários do governo e responsáveis diretos do retrocesso na luta dos operários do petróleo.

Basta o exemplo que, no ano passado, Guillermo Pereyra (sec. geral do sindicato de petroleiros) assinou um acordo que permitiu as demissões em massa, suspensões e redução de salários e conquistas. Por isso, há que explicar que é graças a esses parasitas que as empresas reduzem os salários enquanto ganham bilhões. Há que afirmar que se se quiser começar a recuperar posições e conquista é preciso, em primeiro lugar, rechaçar os delegados ligados à camarilha sindical parasita e eleger novos delegados, dispostos a organizar a luta pelas nossas reivindicações, com os métodos que sejam necessários para triunfar.

A burocracia também se aproveita do isolamento em poços distantes uns dos outros, em distintas empresas, da terceirização, dos distintos convênios, para opor operários contra operários. Há empresas que nem sequer respeitam as oito horas e impõem a rotatividade e o trabalho de empreitada. Por outro lado, com as demissões, as suspensões e o desemprego, a burocracia pressiona a aceitar as piores condições de trabalho. Por isso, muitos trabalhadores exigem que se paguem as horas-extras ao invés de se colocar por uma dura luta pela redução da jornada de trabalho e impor, com a ação direta coletiva, a divisão das horas de trabalho sem reduzir salário; unindo em um mesmo combate empregados e desempregados.

A tudo isso se deve responder com a unidade a partir das bases, formando comitês intersindicais para conquistar a unidade de ação na base para uma luta comum, sem importar a associação a que pertença. Isso requer um trabalho sistemático e clandestino nas empresas e poços.

Bolívia

O oficialismo acentua a repressão legal contra os dirigentes trotskistas

Jarlin Coca prestes a ir para o cárcere e se generalizam processos sindicais contra outros dirigentes

O oficialismo fracassou em sua tentativa de dividir as organizações sindicais e universitárias e virar as bases contra seus dirigentes, que rapidamente conquistaram um grande prestígio devido à sua posição política revolucionária. Agora, procura montar processos sindicais e judiciais para anular indefinidamente sua atuação no seio dos explorados. O objetivo é extirpar o trotskismo das organizações de massas.

Jarlin Coca foi processado criminalmente sob acusação de terrorismo pelas autoridades de San Simon. O processo chegou às instâncias da Corte Suprema, onde os juízes, de clara filiação oficialista, aceleraram a acusação para que, em questão de dias, possam prendê-lo.

A burocracia estalinista, empoeirada na Confederação dos Trabalhadores da Educação Urbana da Bolívia, através de um funcionário da Federação de Cochabamba, abriu um processo sindical contra os principais dirigentes da Federação dos Professores

O primeiro passo é exigir que se igualem todos os convênios ao melhor convênio de trabalho que está vigente no setor e que todos os operários tenham estabilidade. Não é isolados e divididos que poderão impor as reivindicações.

Deve-se independizar política e organizativamente o proletariado ligado ao petróleo – em todas as etapas de exploração e comercialização – do Estado, das patronais e de seus partidos políticos (PJ, UCR, MPN, etc). Isso será resultado de um trabalho paciente por coesionar todos os trabalhadores com um plano único de luta contra os capitalistas (estrangeiros e nacionais) e seus governos títeres. A democracia direta das bases em cada lugar de trabalho, para decidir o que fazer e como lutar é vital. A isso, sem dúvida, se oporá a burocracia sindical de todos os sindicatos. Por isso, há que arrancá-la de uma vez da direção dos sindicatos, colocando aí os companheiros mais honestos e combativos, aqueles que defendem a nossa classe sem trair jamais!

Finalmente, sabemos que essa luta deve combinar-se necessariamente com a dos Mapuce que a custa de doenças, contaminação e saque de suas terras, da repressão e da militarização de suas comunidades, são oprimidos também pelas multinacionais. Reivindicar seu direito como nação à autodeterminação sobre seus territórios, devem unir-se ao trabalho comum com a classe operária para que esses recursos sirvam aos interesses de toda a população. Além disso, somente mediante essa solidariedade comum e confraternização entre explorados que procuram garantir sua liberdade do amo imperialista, poderá se encontrar o melhor caminho para que se produza preservando o meio ambiente.

Esse será um dos passos dados na aliança política do proletariado com os demais oprimidos do País. A expropriação sem indenização e estatização das empresas criam as condições para a intervenção coletiva das massas para decidir sobre os destinos da produção, da comercialização e da renda petrolífera.

Extraído do Jornal nº246, 1º de março de 2011, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina

Urbanos de Cochabamba (Gustavo Sanchez, Vladimir Mendoza e Giovanni Vargas), a fim de cassar de forma abrupta seu mandato sindical, deixando a Federação decapitada. Recentemente, o secretário-geral da Federação dos Professores Urbanos de Oruro, Daniel Ordoñez, e a principal candidata da Frente URMA (União Revolucionária do Magistério) para as próximas eleições foram acusados em processos totalmente manipulados pelos agentes do oficialismo. O governo e os seus agentes, dessa forma, reprimem juridicamente seus opositores, aproveitando o fato que têm total controle sobre o judiciário e os tribunais sindicais e não devemos excluir a possibilidade de utilizarem a força para encher as prisões com opositores revolucionários ao regime.

Só a mobilização das bases pode frustrar as manobras jurídicas do oficialismo e livrar os revolucionários das prisões. No magistério, o próximo congresso nacional do setor deve expulsar o estalinismo das fileiras do magistério nacional e acabar com todos os seus agentes enquistados no Conselho Nacional de Disciplina Sindical.

Devemos agora fazer uma campanha nacional para desmascarar a repressão política exercida pelo governo disfarçada com um verniz legalista.

Contundente vitória trotskista no sindicato dos professores de Quillacollo

A chapa BRA (Bloco Revolucionário Antigovernista, frente de URMA com professores independentes), mesmo participando pela primeira vez, ganhou as eleições do maior sindicato da província de Cochabamba, deslocando os estalinistas (FDM), que, há décadas, controlavam e manipulavam o sindicato. Agora os professores jovens enterram os dinossauros. As ideias revolucionárias se impõem diante dos traidores contra-revolucionários e traficantes do sindicalismo.

Os resultados:

Voto	Votação Obtida	Percentual
BRA	436	43.0 %
FDM	203	20.0 %
BASES	163	16.0 %
LUMAC	131	13.5 %
Branços	28	2.5 %
Nulos	51	5.0 %
Total	1012	100 %

Significado Político

É a ratificação do apoio e reforço à luta conduzida pela Federação de Cochabamba e de La Paz como parte de um ascenso revolucionário das massas. A última luta pelo salário mínimo real com escala móvel de salário foi traída pela burocracia (Pedro Montes da COB, Federico Pinaya do magistério e Nal. do FDM). Os resultados favoráveis aos trotskistas confirmam o desprezo das bases à burocracia.

Constatamos a convicção das bases em querer mudar a direção, de ter lutadores honestos e revolucionários para se preparar para futuras batalhas, como as já iniciadas em relação aos descontos e a criminalização do direito de greve.

A LUMAC, frente identificada com o MAS, apesar de ter na cabeça uma professora que enfatizava a questão de gênero e usou um aparelho considerável, ficou em último lugar, quase ninguém

Guillermo Lora, um exemplo de militância

No dia 17 de maio de 2009, faleceu o dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Lembramos a data com especial atenção. O movimento revolucionário do proletariado perdeu um abnegado marxista-leninista-trotskyista. Não é petulância reconhecer Guillermo Lora como um lutador que se elevou teórica e politicamente à altura de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, resguardadas as diferenças de época histórica.

Nascido em um dos países mais atrasados, pobres e insulares da América Latina, ligou-se ainda muito jovem ao comunismo e percorreu a vida toda organizando o partido e trabalhando pela revolução proletária. Foram mais de 70 anos de vida política, boa parte dela mergulhada na clandestinidade.

Guillermo assumiu a direção do POR trabalhando por fundir o socialismo com o operariado mineiro, a principal força motriz da revolução social na Bolívia. Essa confluência resultou no documento histórico “Teses de Pulacayo”, aprovado em 1946, no Congresso Mineiro, realizado poucos anos depois do massacre dos operários da mineração no distrito de Catavi. Com pouco mais de 20 anos, Guillermo seria o redator das Teses. Esse acontecimen-

to quer por serem carrascos dos professores.

A BASES era aliada da ÁREA (URMA de Quillacollo) para as eleições da federação, mas pela atitude caudilhesca de seu dirigente que não foi eleito em uma plenária convocada para definir a cabeça da chapa (seus próprios colegas apoiaram o Prof Rodolfo Medrano Vargas), decidiu-se participar sozinhos para subtrair votos de BRA, mas o cenário estava polarizado e não havia espaço para posições túbias e intermediárias.

Tarefas imediatas:

1. Reorganizar o magistério de Quillacollo e Colcapirhua destrocados pelas manobras cupulares e apetites pessoais do FDM. Impor a Assembleia como a máxima instância de decisões. Restabelecer o conselho de professores como uma instância democrática de decisão superior aos diretores de Unidades Escolares.

2. Reafirmar a luta nacional contra as leis demagógicas do governo, lutar por um salário igual ao da cesta básica familiar com escala móvel, que a contribuição à aposentadoria seja paga pelo Estado (empregador) e administrada pelos próprios trabalhadores, defesa do nosso Fundo de Saúde, sim à saúde gratuita e universal, mas com recursos do Estado, defesa da educação integral e científica contra a Lei da Educação de Siñani-Pérez do MAS, por ser retrógrada, centralizada com relação ao controle curricular e administrativa, mas descentralizada na alocação de recursos educacionais, humanos e de infra-estrutura, empurrando-a para a privatização, indo contra o desenvolvimento profissional docente e procurando criar atritos entre pais e professores.

3. Fazer pactos intersindicais e intersetoriais sobre as necessidades comuns e históricas pendentes em prol do desenvolvimento e avanço da educação, da região e do país. Abrir espaços de debate aberto sobre educação, política, sindical em coordenação com a Federação.

4. Implementar um processo de auditoria à gestão econômica do estalinismo que nunca prestou contas das suas gestões.

* Viva o triunfo eleitoral do BRA!

* A nova educação é produto da nova Sociedade!

Quinsacharaña Extra Qllo. 4/05/011

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2216 de 13 /05/2011)

to foi marcante para a classe operária boliviana e estabeleceu um marco no desenvolvimento do POR, bem como forjou o militante trotskista Guillermo Lora. O fundamental dessa experiência está em que as Teses de Pulacayo expressam, ainda que como documento sindical, os fundamentos e o método marxista do programa de transição do capitalismo para o socialismo.

Nos seus 20 anos de idade, Guillermo já mostrava uma adiantada assimilação do Programa de Transição da IV Internacional e da Teoria da Revolução Permanente do marxismo-leninismo-trotskyismo. Um dos pontos altos de sua compreensão foi de que a construção do partido começa por estabelecer o programa e formar quadros de militantes profissionais, como concebeu o leninismo.

A intervenção de Guillermo na organização do POR, a partir dos anos 40, com essa diretriz, permitiu que o partido sobrevivesse ao diletantismo e se contrapusesse às pressões do estalinismo, do reformismo pequeno-burguês e do nacionalismo burguês. O POR se ergueu como uma potência programática enraizado no proletariado mineiro. Atuou, enfrentou e atravessou períodos de aguda luta de classes e de grande turbulência política, como a Re-

volução de 1952, a constituição da Assembléia Popular em 1971 e o golpe militar fascista de Hugo Banzer.

Uma das provas mais consistentes pela quais passaram o programa e a política porista foi a do enfrentamento com o nacionalismo burguês. Ideologicamente, o marxismo derrotou as teses nacionalistas da burguesia e da pequena-burguesia de esquerda. Ou seja, a tarefa de pôr em pé o programa da revolução proletária e de demonstrar teórico e praticamente a falência do nacionalismo se realizou em grande medida pelo POR, cuja contribuição de Guillermo foi decisiva.

Essa extraordinária conquista histórica do proletariado não tem paralelo na América Latina e, possivelmente, em todo o mundo, mergulhado que está na crise de direção aberta pelo estalinismo e concluída pelo retrocesso da Revolução Russa com a restauração capitalista.

Recentemente, a fortaleza do POR se manifestou diante do retorno da caricatura do reformismo nacionalista do MAS e do governo de Evo Morales. O POR, ainda sob a direção de Guillermo Lora, caracterizou com precisão que se tratava de um governo burguês pró-imperialista revestido de nacionalista e reformista. As esquerdas, incluindo os revisionistas do trotskismo, correram a apoiar o governo de Evo em nome de combater a direita golpista da “Meia Lua”. Arvoram-se como defensoras de uma Constituinte soberana sob o governo de Evo e seguiram suas manobras plebiscitárias.

Guillermo encolheu os ombros para os tais dos trotskistas sem programa em seus próprios países, que não logram formar suas organizações na Bolívia e servem de auxiliares das forças que lutam pela sua destruição. Em muitas situações lamentou que as correntes que se reivindicam da IV Internacional tenham desconhecido a rica experiência do trotskismo na Bolívia e que não contribuíram para generalizá-la. A assimilação crítica e a autocrítica impulsionaria o POR, formaria os partidos-programas em outras latitudes e melhoraria as condições para a reconstrução da IV Internacional.

O trabalho de elaboração teórica, de caracterização de novos problemas da atualidade e de respostas políticas se encontra acumulado na monumental obra de Guillermo, na forma de folhetos, livros, documentos, entrevistas e artigos do Massas, reunida e publicada ainda em vida do autor como Obras Completas, de 67 volumes. O desconhecimento dos seus críticos a esse descomunal esforço em reconhecê-la e submetê-la a estudos indica a leviandade como os tais dos dirigentes trotskistas combateram e combatem o POR, como isolaram e isolam os trotskistas bolivianos.

Não há que estranhar essa covardia política. Trata-se da expressão mais acabada do revisionismo que teve início com o pablismo e que não foi superado por nenhuma das variantes opositoras. O fundamental está na demonstração de que o marxismo é a ciência viva do proletariado. Guillermo Lora se talhou nesse capital histórico, como se talharam Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e outros.

É necessário ainda ressaltar o empenho de Guillermo em organizar o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. As experiências negativas do passado deixaram o dirigente trotskista em sobreaviso, mas não o afastaram do trabalho internacional ainda que incipiente. Prestou atenção à formação embrionária das organizações na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Dedicou-se a organizá-las por meio do Comitê de Enlace munido da tarefa de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista. Em nenhum momento disse o que as seções do Comitê deveriam fazer, mas orientou no sentido de que comesçassem a formar-se

com o programa e com a concepção leninista do partido.

Insistiu sobre a assimilação crítica da experiência revolucionária na Bolívia, porém sem nunca impor esta ou aquela pré-condição. Não se cansou de explicar que ninguém substituiria nossa tarefa de construir o partido. O que o POR da Bolívia tinha a contribuir era com suas conquistas revolucionárias, que como tal poderiam ser aproveitadas de acordo com as condições particulares da realidade de nossos países. Um pressuposto, portanto, preciso e justo para armar-se da tarefa coletiva de reconstruir a IV Internacional.

Selecionamos algumas das formulações da obra de Guillermo Lora.

Do livro: O proletariado no processo político -1952-1980

Sobre o programa

“(...) O Programa de Transição adquire singular importância porque coloca a possibilidade dos explorados se mobilizarem para a revolução, como parte integrante de sua atividade cotidiana e partindo de sua real evolução como classe, sem ignorar seu atraso e seus preconceitos, através da ponte das reivindicações transitórias, formuladas para superar o descomunal abismo que, a exemplo da social democracia separava o programa mínimo (reforma e luta diária) do máximo (programa socialista). A revolução por etapas estratificou definitivamente a separação entre reforma e revolução e já não as considera como aspectos do processo único do amadurecimento e necessária transformação da sociedade. O programa de transição (as Teses de Pulacayo, a Política do IV Congresso da COB e outros documentos ideológicos capitais do movimento operário seguem esse método) une tática e estratégia, reforma e revolução, como parte inseparável, que se condicionam mutuamente, da política do proletariado”. (páginas 542-543)

Do livro O Partido e sua Organização

“(...) Entre o programa e a organização existe uma mútua relação e condicionamentos dialéticos. A organização atua ativamente sobre o programa, contribuindo para seu enriquecimento e pode chegar ao extremo de desvirtuá-lo completamente no caso de se degenerar. Temos indicado que o programa (expressão da luta consciente ou política) tem primazia em relação à organização, que é, em última instância, seu fator determinante. A determinado programa determinada forma de organização partidária; no entanto, essa se desenvolve de acordo com suas próprias leis. O programa é o conteúdo e a organização é a forma que lhe corresponde.

“(...) A posição de que o programa brota da ação, como fenômeno puramente mecânico, é o caminho direto que conduz ao empirismo e ao reformismo revisionista. Seus defensores se conformam em atuar cotidianamente conforme pequenas receitas acomodadas às necessidades do momento, sem nenhuma referência ao grande objetivo estratégico. Podem muito bem escrever como sua divisa que as reformas ou objetivos imediatos são tudo e o fim nada. Há grupos que carecem de um programa, mas nem por isso deixam de perseguir determinadas finalidades políticas que não podem senão desembocar nas linhas mestras estabelecidas pela burguesia, isso ocorre por cima de todas as boas intenções, uma vez que as idéias dominantes em determinado momento são as ideias da classe que domina a sociedade. Em resumo: concluem como reformistas” (...).

“(...) “Programa e organização são dois aspectos inseparáveis e que se penetram entre si, de um mesmo fenômeno: a estruturação do proletariado em classe para si, ou seja, consciente não só de sua exploração mas também dos caminhos que deve percorrer para se libertar

a si mesmo e à sociedade; consciente de sua missão histórica, que emerge do lugar que ocupa no processo da produção e do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista. A atividade consciente da classe operária, a expressão programática (teórica de sua luta como classe contra a burguesia, como classe (representada pelo Estado) e em relação a outras classes sociais, isso é política revolucionária.

A evolução da consciência de classe, cuja expressão mais acabada é o programa do partido revolucionário, constitui o pré-requisito indispensável para a organização do proletariado como partido político. Esses conceitos elementares, esquecidos pelos reformistas, revisionistas, nacionalistas e foquistas ultra-esquerdistas, se encontram no *Manifesto Comunista* (1848), nos fundamentos do programa do POR e nos da IV Internacional". (páginas 8, 9 e 10)

Obras Completas- tomo XXVII – 1970-1971)

Sobre a Assembléia Popular e a estratégia da revolução

"(...) Se o eixo fundamental da estratégia revolucionária radica na aliança operária e camponesa – aliança entre as duas forças motrizes fundamentais da revolução – e se a frente antiimperialista ou Assembleia Popular somente podem conceber-se sob a direção política do proletariado, e se procuram se afirmar como revolucionários e não acabar como uma farsa utilizada pela contrarrevolução ou nacionalismo de conteúdo burguês, inapto e farsante, basta recordar as descomunais e dolorosas experiências de 1946 e 1952, é claro que o governo que saia da futura revolução não pode ser outro senão operário, a ditadura do proletariado, direta e vitalmente sustentada pelos camponeses e pelos setores majoritários e empobrecidos da classe média. A Assembleia Popular constitui o canal de mobilização da nação oprimida pelo imperialismo e sua finalidade é efetuar a libertação nacional.

A fórmula de "governo popular antiimperialista" – que classe social dominará ou dirigirá esse amplo conglomerado classista? – é reacionária dentro da perspectiva histórica, porque supõe a dissolução da consciência de classe proletária em meio ao espontaneísmo das massas e, que, por isso mesmo, são presas fáceis do confucionismo reacionário e da política da classe dominante.

Os inimigos do trotskismo argumentam que a imaturidade das forças produtivas converte em utopia as postulações socialistas. Marx escreveu que a humanidade se coloca somente os problemas que pode resolver. Bolívia forma parte da economia mundial e constitui uma aberração considerá-la de maneira isolada. Se bem que dentro das fronteiras nacionais, as forças produtivas não estão suficientemente maduras para a construção do socialismo boliviano insular, estão, pelo contrário, maduras em escala internacional e assim tem de se considerar as forças produtivas". (páginas 176-177)

Obras Completas – tomo 45- 1997-2001

Sobre o método revolucionário

"Para nós, há um só caminho que nos levará a materializar a conquista do poder pelo proletariado através da insurreição, isto é, da violência revolucionária. Trata-se da concretização – no ponto mais alto do ascenso das massas – da revolução proletária, da ação direta das massas, uma de suas expressões inconfundíveis". (página 196)

"(...) As *Teses de Pulacayo* dizem uma verdade revolucionária quando afirmam que a primeira tarefa deve consistir em convencer e educar os explorados e oprimidos para que possam se armar e se organizar para o combate. O documento ideológico dos trabalhadores dá um dos primeiros passos indispensáveis para neutralizar e vencer as forças armadas a serviço da burguesia, mas é

claro que deve se complementar com o estudo da maneira prática de prover armas aos trabalhadores". (página 197)

Sobre o trabalho clandestino e legal

"O partido da insurreição utiliza todas as formas de luta legal e pública permitida pela ditadura da burguesia, mas, ao mesmo tempo, está obrigado a pôr em funcionamento um aparato clandestino, que lhe ajude em todas as circunstâncias – particularmente nas épocas de repressão, que são normais sob o governo fascista, por exemplo – continuar chegando até as massas, para orientá-las, educá-las, organizá-las e mobilizá-las.

O trabalho clandestino – necessário e que deve ser organizado de maneira permanente e obrigatória – quer dizer atuar politicamente a fundo sem ser visto, porque não se deixa marcas e se põe em pé um aparato capaz de realizar tudo isto e de penetrar inclusive no seio dos altos níveis governamentais e da inteligência do oficialismo.

As células têm de discutir e de descobrir a melhor forma de trabalho clandestino, partindo da assimilação crítica da rica experiência que o partido possui nesse plano". (página 199)

Sobre a reconstrução da IV Internacional

"O Partido Mundial da Revolução Socialista – é isso que tem de ser a IV Internacional – tem de ser um Partido único e centralizado em escala mundial; os partidos nacionais – por exemplo o POR/Bolívia – são suas seções nacionais.

O eixo organizativo tem de ser o centralismo democrático, que importa a mais ampla democracia interna, discussão no marco programático e inclusive direito a constituir frações, tudo no plano interno, porque corresponde expor às massas uma só linha política. A disciplina deve entender-se como severa observância do programa e do centralismo democrático.

Se a Internacional atuará como partido único quer dizer que sua linha política – incluindo o fundamental da estratégia das seções nacionais – deve ser discutida e elaborada coletivamente. Cabe a IV Internacional assimilar autocriticamente todas as aquisições das seções, que devem ser generalizadas. Os trotskistas bolivianos estão vivamente interessados que os camaradas de todos os lugares assimilem criticamente sua experiência e assim possam elevar sua politização. Para alcançar esses objetivos, é necessário garantir o direito de crítica não somente a todas as seções mas inclusive aos militantes individualmente considerados.

Esse fundamento anteriormente exposto permite esperar que se realize um severo balanço autocrítico de toda experiência da IV Internacional até hoje e em escala internacional, que, certamente, está cheia de desvios e equívocos.

Os trotskistas bolivianos não escondem seu assombro diante do fato da IV Internacional não ter assimilado suas marcantes conquistas e tampouco assinalar, mostrar as raízes de seus numerosos erros, o que permitiria evitar repeti-los na atualidade e no futuro".

"(...) Sabemos perfeitamente que se não pusermos em pé agora a IV Internacional – reiteramos que se trata do partido mundial estruturado em torno da finalidade estratégica do proletariado – não poderá se materializar a revolução social, ainda que seja desencadeada como resultado do impulso instintivo das massas não concluirá em vitória e na ditadura do proletariado. Nesse caso se dará o fenômeno surpreendente de que nós, presumidos bolcheviques, contribuímos para que a humanidade seja empurrada para a barbárie do capitalismo em desintegração" (páginas 137-138)